

LUCIANE MORENO

**Indicadores de Desenvolvimento da Educação Básica:** em  
análise o IDEB e o IDESP nas ações de intervenções pedagógicas  
e de gestão



ARARAQUARA – SP  
2019

LUCIANE MORENO

**Indicadores de Desenvolvimento da Educação Básica: em análise o IDEB e o IDESP nas ações de intervenções pedagógicas e de gestão**

Trabalho de Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar. Exemplar apresentado para exame de defesa.

**Linha de pesquisa:** Política e Gestão Educacional

**Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Ribeiro

ARARAQUARA – SP  
2019

Moreno, Luciane

Indicadores de Desenvolvimento da Educação  
Básica: em análise o IDEB e o IDESP nas ações de  
intervenções pedagógicas e de gestão / Luciane  
Moreno — 2019  
108 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) —  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita  
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus  
Araraquara)

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ribeiro

1. Indicadores de desenvolvimento da educação. 2.  
Indicadores educacionais. 3. Política educacional. 4.  
Sistema de avaliação educacional. 5. Avaliação. I. Título.



LUCIANE MORENO

**Indicadores de Desenvolvimento da Educação Básica: em análise o IDEB e o IDESP nas ações de intervenções pedagógicas e de gestão**

Trabalho de Conclusão de Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar. Exemplar apresentado para exame de defesa.

**Linha de pesquisa:** Política e Gestão Educacional

**Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Ribeiro

Data da defesa: 28/03/2019

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Ribeiro  
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara

---

**Membro Titular:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vilma Abdalla  
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – Diretoria de Ensino Região de Araraquara

---

**Membro Titular:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marta Leandro da Silva  
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico este trabalho ao meu pai, Nilson Moreno (*in memoriam*), que sempre acreditou em mim, apoiou minhas iniciativas, aplaudindo-as com muito orgulho por menores que fossem. Alguém que sempre estava disposto a estender a mão e socorrer quem necessitasse, sem se importar com quem era. Um exemplo de pessoa, apesar de seus defeitos como ser humano. Alguém que estaria muito satisfeito com a conclusão de mais esta etapa.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo Ribeiro, por acreditar em mim, oportunizando minha participação neste programa, incentivando e, principalmente, contribuindo significativamente para a conclusão deste trabalho com êxito.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marta Leandro da Silva e ao Prof. Dr. Sebastião de Souza Leme, membros da banca do meu exame de Qualificação, os quais contribuíram de forma relevante para o aprimoramento deste trabalho, com sugestões muito ricas e pertinentes para o seu enriquecimento.

À minha amiga-irmã Maria Isabel Rodrigues Orso (*in memoriam*), parceira de estudos, companheira nos bons e maus momentos profissionais e da vida. Tínhamos um acordo de que ingressaríamos juntas no Programa de Pós-Graduação, porém, não nos foi possível. Mas, apesar disso, agradeço a parceria que me motivou a continuar.

À Vera Helena Rosa Rocha, que participa ativamente da minha vida desde o meu nascimento dando suporte e apoio para o meu desenvolvimento como pessoa, bem como incentivando meus estudos, contribuindo com as minhas escolhas profissionais e com a continuidade da vida acadêmica. Não posso deixar de mencionar seus filhos, Patrícia Helena Rocha e Luís Octavio Rocha, os quais também muito colaboram, estimulando-me e encorajando-me em cada passo deste processo.

Aos gestores e professores das escolas participantes, reais protagonistas desta pesquisa, que espontaneamente contribuíram com a sua realização.

“Quanto mais se nasce pronto, mais se é refém do que já se sabe e, portanto, do passado; aprender sempre é o que mais impede que nos tornemos prisioneiros de situações que, por serem inéditas, não saberíamos enfrentar.”

Mario Sergio Cortella (2015, p. 13).



## RESUMO

Com esta pesquisa pretende-se abordar o uso de indicadores de desenvolvimento da educação, como IDEB e IDESP, na prática escolar, analisando as ações de intervenções pedagógicas e de gestão, ou seja, como gestores e professores organizam seus trabalhos, como planejam ações e melhorias da qualidade desse trabalho. Para tanto, inicia-se com a definição mais ampla e caracterização de indicadores, indicadores sociais, indicadores educacionais e suas funções, contextualizando-os na prática escolar. Como referência para a investigação, têm-se escolas da rede pública estadual de São Paulo, no município de Araraquara. Espera-se que este trabalho possa colaborar para a trajetória rumo a uma prática pedagógica de mais qualidade, em que todos participem de maneira mais efetiva e democrática na sua construção, considerando os indicadores de qualidade da educação referência significativa para o planejamento de ações que efetivamente garantam a oferta de uma escola de qualidade.

**Palavras-chaves:** indicadores de desenvolvimento da educação; indicadores educacionais; política educacional; sistema de avaliação educacional; avaliação.

## ABSTRACT

This research intends to approach the use of educational development indicators, such as IDEB and IDESP, in school practice, analyzing the actions of pedagogical and management interventions, that is, how managers and teachers organize their work, how they plan actions and improvements in the quality of this work. To do so, it begins with the broader definition and characterization of indicators, social indicators, educational indicators and their functions, contextualizing them in school practice. As reference for the investigation, there are schools of the state public network of São Paulo, in the municipality of Araraquara. It is hoped that this work can contribute to the trajectory towards a pedagogical practice of more quality, in which all participate in a more effective and democratic way in its construction, considering the quality indicators of the education reference for the planning of actions that effectively guarantee the supply of a quality school.

**Keywords:** indicators of educational development; educational indicators; educational politics; educational evaluation system; evaluation.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Geografia da educação brasileira – desempenho escolar em língua portuguesa .....	43
<b>Figura 2</b>	Área de jurisdição da Diretoria de Ensino – Região de Araraquara .....	60

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Geografia da educação brasileira – desempenho escolar em língua portuguesa .....	44
<b>Gráfico 2</b>	Comportamento esperado para a trajetória do IDEB ao longo dos anos .....	53
<b>Gráfico 3</b>	Comportamento esperado para a trajetória do IDESP ao longo dos anos .....	57
<b>Gráfico 4</b>	Profissionais participantes da pesquisa .....	69
<b>Gráfico 5</b>	Formação acadêmica dos profissionais participantes .....	70
<b>Gráfico 6</b>	Tempo de serviço no magistério público .....	70
<b>Gráfico 7</b>	Tempo de atuação dos profissionais nas escolas .....	71
<b>Gráfico 8</b>	Reconhecimento dos indicadores ano a ano pelos profissionais .	72
<b>Gráfico 9</b>	Percepção sobre quem conhece os indicadores da escola .....	73
<b>Gráfico 10</b>	Contribuição do IDEB para a melhoria da qualidade da escola ...	73
<b>Gráfico 11</b>	Contribuição do IDESP para a melhoria da qualidade da escola	74
<b>Gráfico 12</b>	Participação em formações sobre o IDEB .....	75
<b>Gráfico 13</b>	Participação em formações sobre o IDESP .....	76
<b>Gráfico 14</b>	Profissional que realizou a formação .....	76
<b>Gráfico 15</b>	Reconhecimento das ações a partir do IDEB na Proposta Pedagógica .....	81
<b>Gráfico 16</b>	Reconhecimento das ações a partir do IDESP na Proposta Pedagógica .....	81

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Metas de longo prazo – IDESP (2030) .....	57
<b>Quadro 2</b>	Escolas da Diretoria de Ensino de Araraquara e seus níveis de ensino .....	60
<b>Quadro 3</b>	Distribuição das escolas por município e níveis de ensino .....	60
<b>Quadro 4</b>	Quantidade de salas de aula por escola participante .....	61
<b>Quadro 5</b>	Descrição do nível socioeconômico dos alunos – INEP.....	62
<b>Quadro 6</b>	IDEB e metas do estado de São Paulo .....	63
<b>Quadro 7</b>	IDESP e metas do estado de São Paulo .....	64
<b>Quadro 8</b>	IDEB e metas do município de Araraquara .....	64
<b>Quadro 9</b>	IDESP e metas da Diretoria de Ensino de Araraquara .....	65
<b>Quadro 10</b>	IDEB e metas das escolas participantes .....	65
<b>Quadro 11</b>	IDESP e metas das escolas de Ensino Fundamental .....	66
<b>Quadro 12</b>	IDESP e metas das escolas de Ensino Médio .....	67
<b>Quadro 13</b>	Conteúdo das formações sobre IDEB e IDESP .....	79
<b>Quadro 14</b>	Estrutura do Plano de Ação .....	79
<b>Quadro 15</b>	Ações desenvolvidas a partir dos indicadores .....	80
<b>Quadro 16</b>	Como teve acesso ao IDEB/IDESP da escola em que atua? Como é divulgado para outros segmentos da escola? .....	82
<b>Quadro 17</b>	Como você utiliza o indicador de qualidade da educação IDEB/IDESP no seu trabalho? .....	83
<b>Quadro 18</b>	Existe alguma ação que ainda não seja posta em prática, mas você considera relevante usando como base os indicadores IDEB/IDESP? .....	84

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ANA</b>	Avaliação Nacional da Alfabetização
<b>ANEB</b>	Avaliação Nacional da Educação Básica
<b>ANRESC</b>	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CGEB</b>	Coordenadoria de Gestão da Educação Básica
<b>DVD</b>	<i>Digital Versatile Disc</i>
<b>EEA</b>	<i>European Environment Agency</i>
<b>EF</b>	Ensino Fundamental
<b>EFA</b>	<i>Education for All</i>
<b>EM</b>	Ensino Médio
<b>ENADE</b>	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
<b>ENEM</b>	Exame Nacional do Ensino Médio
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDEB</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>IDESP</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo
<b>Ids</b>	Indicador de Desempenho da Série
<b>IETF</b>	<i>Internet Engineering Task Force</i>
<b>IFs</b>	Indicador de Fluxo da Série
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira
<b>INES</b>	Indicadores dos Sistemas Educacionais Nacionais ( <i>Indicators of National Education Systems</i> )
<b>ISCED97</b>	Classificação Internacional Padronizada da Educação
<b>LLEC</b>	<i>Laboratorio Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación</i>
<b>M</b>	Matrícula
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MPOG</b>	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
<b>NESLI</b>	<i>Network on System-Level Information</i>
<b>OCDE</b>	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>OREALC</b>	Oficina Regional para a América Latina e o Caribe
<b>PDE</b>	Plano de Desenvolvimento da Educação
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto

<b>PISA</b>	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes ( <i>Programme for International Student Assessment</i> )
<b>PNADS</b>	Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios
<b>PQE</b>	Programa de Qualidade das Escolas
<b>PRELAC</b>	Projeto Regional de Educação para América Latina e Caribe
<b>PRIE</b>	Projeto Regional de Indicadores Educacionais da Cúpula das Américas
<b>S</b>	Série
<b>SAEB</b>	Sistema de Avaliação da Educação Básica
<b>SARESP</b>	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
<b>SEE</b>	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
<b>SINAES</b>	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
<b>SISU</b>	Sistema de Seleção Unificada
<b>TPE</b>	Todos pela Educação
<b>TV</b>	Televisão
<b>UIS</b>	<i>UNESCO Institute for Statistics</i> (Instituto de Estatística da UNESCO)
<b>UFSCAR</b>	Universidade Federal de São Carlos
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista
<b>UNICAMP</b>	Universidade Estadual de Campinas
<b>UOE</b>	UNESCO OECD Eurostat
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	15
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	20
<b>1 BREVE APRESENTAÇÃO DE INDICADORES, INDICADORES SOCIAIS E INDICADORES EDUCACIONAIS</b> .....	25
<b>1.1 Indicadores: definição e funções</b> .....	25
<b>1.2 Indicadores sociais</b> .....	27
<b>1.3 Indicadores educacionais: definição e funções</b> .....	29
<b>1.4 Apresentando algumas fontes internacionais de indicadores educacionais</b> .....	31
<b>1.5 Construindo indicadores educacionais no Brasil</b> .....	35
1.5.1 <i>Dicionário de Indicadores Educacionais</i> .....	36
1.5.2 <i>Geografia da Educação Brasileira</i> .....	41
1.5.3 <i>INEP e indicadores educacionais na atualidade</i> .....	44
1.5.3.1 <u>Censo Escolar</u> .....	45
1.5.3.2 <u>SAEB</u> .....	46
1.5.3.3 <u>ENEM</u> .....	47
1.5.3.4 <u>ENADE</u> .....	47
1.5.3.5 <u>SARESP</u> .....	48
<b>2 OS INDICADORES EDUCACIONAIS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO</b> .....	49
2.1. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) .....	51
2.2. Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) .....	54
<b>3 INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NA PRÁTICA ESCOLAR</b> .....	59
3.1 Contextualizando a pesquisa .....	59
3.2 Interpretando os dados dos questionários .....	69
3.3 Interpretando os dados das entrevistas .....	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	86
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	89
<b>APÊNDICES</b> .....	94
<b>APÊNDICE A – Tabelas Referenciais para os Gráficos</b> .....	95
<b>APÊNDICE B – Questionário</b> .....	99
<b>APÊNDICE C – Roteiro para Entrevista</b> .....	102
<b>APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b> .....	103
<b>APÊNDICE E – Termo de Compromisso para Pesquisa envolvendo Seres Humanos</b> .....	105
<b>APÊNDICE F – Autorização para a Realização da Pesquisa</b> .....	106
<b>APÊNDICE G – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa</b> .....	108



## APRESENTAÇÃO

Iniciei minha carreira no magistério em 1985 como professora de pré-escola, equivalente hoje à educação infantil. A opção pela carreira do magistério foi uma decisão difícil, pois não contava com o apoio de minha mãe, só sendo possível pela interferência de uma amiga da família, Vera, que era professora nas séries iniciais.

Logo que ingressei no curso de magistério, sofri as consequências do desprestígio do curso e da carreira. Os professores da escola, conscientes de minha competência acadêmica, diziam que aquele não era o meu lugar. Cogitei retornar para o 2º grau regular e propedêutico, porém, fui dissuadida da ideia por uma professora de língua portuguesa, parente de minha mãe, alegando que o curso precisava de alunos como eu para voltar a ter prestígio. Isso ocorreu no ano de 1982.

Próximo à conclusão do curso, veio a cobrança de planos futuros e o desespero por sentir-me incompetente para a aprovação em um vestibular, ainda mais de uma universidade pública, devido à inexistência de preparação para tal no curso de magistério. Era recorrente ouvir dizerem que não teria chance e que não adiantava tentar. Na opinião de minha mãe, eu deveria prestar um concurso de banco. Enfim, prestei VUNESP e passei em primeiro lugar no vestibular, sem ter frequentado cursinho pré-vestibular. Uma lembrança inesquecível é a imagem de meu pai, sua expressão de contentamento e orgulho, ao identificar meu nome na lista dos aprovados e a minha classificação.

Ingressei no curso de Pedagogia – UNESP/Araraquara em 1985, mesmo ano em que comecei a dar aulas. Como residia com meus pais em Ibitinga, viajava para Araraquara toda noite para poder frequentar as aulas. Logo nos primeiros dias, diante das apresentações dos alunos da turma, dos professores e disciplinas, quando era perguntado “Por que fazer pedagogia?”, as respostas, de modo geral, eram “Eu gosto de criança, fiz magistério e quero abrir uma escolinha”. Porém, esse não era o meu ideal, queria algo mais, queria fazer a diferença na formação dos alunos, acreditando em algo melhor.

Encontrei no curso bagagem teórica e prática que subsidiou a busca pela concretização desse ideal. Nossa turma, fora dos muros da universidade, se reunia em barzinhos para discutir “os grandes problemas do Brasil” e “os grandes problemas da educação”. Discussões acaloradas e com divergências de pensamento.

Em 1986, por ter sido aprovada no concurso da Prefeitura de Araraquara e ingressado como professora de pré-escola, mudei para Araraquara. Assumi o cargo em uma escola cuja obra de construção não estava concluída e era situada em um bairro

periférico da cidade, que também estava em construção. Permaneci nessa escola e no cargo enquanto frequentava o curso de pedagogia.

Ao longo de minha trajetória profissional, trabalhei em algumas escolas particulares, porém era difícil a adaptação devido à minha criticidade e defesa da autonomia profissional. A escola pública mostrou ser o espaço mais apropriado para desenvolver a formação escolar pautada na concepção de mundo, sociedade e ideal de sujeito a ser formado coerentes com meu compromisso político frente à Educação.

Assim que me formei no ensino superior, voltei a morar em Ibitinga, exonerando-me do cargo na Prefeitura de Araraquara e ingressando na rede estadual, inicialmente como professora contratada, e mais tarde como efetiva, ao ser aprovada em concurso para provimento de cargo de professor no curso de magistério.

Minha trajetória no curso de magistério teve início em 1991, seguindo até 1999, quando fui selecionada para exercer a função de professora coordenadora. No ano de 2001, retornei para a sala de aula como professora do curso de magistério, mudança provocada por grande decepção com a função de coordenadora pedagógica.

Minha formação na habilitação Supervisão Escolar tinha sido pautada no exercício da coordenação pedagógica preocupada com a formação em serviço, contribuindo com o aprimoramento da competência técnica do professor, promovendo o trabalho coletivo e a troca de experiências, entre outras atribuições. Porém, nada disso foi possível colocar em prática, haja vista a inabalável resistência do corpo docente e da direção.

Na verdade, esperava-se que o coordenador pedagógico cumprisse as atribuições de inspetor de alunos e desse conta de redigir e depois digitar alguns documentos como Plano de Gestão, Regimento Escolar, Proposta Pedagógica, introduzidos na época na rede, sem que houvesse discussão com a equipe escolar. O retorno à sala de aula mostrou-se a alternativa mais profícua e exitosa. A formação de novos professores era muito mais envolvente e com resultados mais concretos. Dessa forma, no ano de 2001, deixei a coordenação pedagógica, reassumindo minhas aulas no curso normal (o curso de magistério, nos anos 1990 voltou a chamar-se curso normal).

Entretanto, o curso estava com seus dias contados, pois em atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no estado de São Paulo, a formação de professores estava passando por uma etapa de transição, para tornar-se um curso em nível superior. Nessa esteira, a formação de nível médio deixaria de existir. Por sorte, foi aprovado um novo concurso para provimento de cargo de Diretor de Escola depois de um longo período sem concurso dessa natureza. A alternativa mais viável para o momento

era ser aprovada nesse concurso para não ficar adida, à disposição da Secretaria de Educação, diante do encerramento do curso normal.

Fui aprovada no concurso e assumi o cargo de diretora de escola em janeiro de 2002, em uma escola enorme (58 classes em três períodos de aula), na periferia de Ribeirão Preto, na qual permaneci por seis meses, sendo removida para Araraquara, para uma escola de anos iniciais com 10 classes distribuídas em dois períodos.

A experiência vivida na primeira escola foi muito significativa como aprendizado da atuação de diretor de escola. Nessa unidade, eram oferecidas todas as modalidades possíveis de ensino, havendo os anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio regular, EJA, Classe de Aceleração, Classe de Correção de Fluxo e Ensino Médio Flexibilizado. O bairro e o entorno da escola eram bem problemáticos, nos quais violência, drogas e policiamento ostensivo eram temas recorrentes no cotidiano. Portanto, uma experiência extremamente significativa para o exercício no novo cargo.

Em contrapartida, a segunda escola era pacata demais em comparação à primeira. Localizada em um bairro com concentração de pessoas com nível socioeconômico mais elevado, menos classes, menos professores e pais mais participativos no cotidiano escolar. O maior problema neste novo ambiente era a total falta de funcionários, todo serviço administrativo e de secretaria era executado por mim. A maior dificuldade era dar conta de atividades que desconhecia, inerentes aos profissionais de secretaria escolar.

Por ser escola dos anos iniciais, em meio a processo de municipalização em pauta na rede, não entrava na relação de vagas para diretor efetivo. Desse modo, há anos a função era exercida por um professor designado para o cargo. Eram tempos difíceis e instáveis sem saber ao certo qual o futuro das escolas daquela etapa de ensino. Além de o número de salas estar no limite do módulo para manter o cargo de diretor de escola.

Como fui aprovada em concurso para provimento de cargo de supervisor de ensino e, em julho de 2003, fui designada para substituir o supervisor de ensino na Diretoria de Ensino de Araraquara. E, novamente, foi outra decepção, pois idealizava um perfil de supervisão escolar de acordo com o que havia estudado nas aulas do Prof. Ricardo, da Prof.<sup>a</sup> Carlota, da Prof.<sup>a</sup> Vera, mas o modelo não era esse.

Como era nova na função, muito dinâmica e ativa, logo fui encarregada da implementação do Programa Escola da Família que iniciaria suas atividades em agosto daquele ano. Na época, o Programa era conhecido como “a menina dos olhos do governador”. Convencer gestores a abrirem as escolas aos finais de semana, a confiarem

em outras pessoas liberando espaços e materiais, convencer de que era a melhor coisa a ser feita, não era tarefa fácil.

Em 2004, quando fui nomeada para o cargo de supervisor de ensino, optei por não assumi-lo, pois concluí que os benefícios do novo cargo não seriam tão gratificantes ao ponto de justificarem uma mudança para Mogi Mirim, pois não valia a pena ficar no topo da carreira por mais quinze anos, até a aposentadoria, sendo que o trabalho em si não era significativo em termos educacionais.

Ao comunicar à dirigente regional de ensino que retornaria à direção da escola, ela me ofereceu a oportunidade de continuar designada na Diretoria de Ensino como assistente técnica pedagógica, para que eu permanecesse à frente do Programa Escola da Família, dando continuidade ao trabalho que executava.

Em julho de 2007, decidi voltar ao cargo de diretora de escola. Após a troca do governador, do dirigente e com as mudanças no perfil do Programa Escola da Família, decidi que era hora de retornar à escola. Nesse meio tempo, tinha participado de um concurso de remoção e meu cargo era agora vinculado a uma escola maior que oferecia anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, situada em um bairro periférico da cidade, na qual atuo até o presente momento.

A experiência acumulada ao longo dos anos na direção dessa escola rende muitos e muitos relatos, e parte deles foi compartilhada na Incubadora de Gestores: formação de lideranças educacionais, Projeto de Pesquisa e Extensão coordenado pelo Prof. Dr. Ricardo Ribeiro, orientador da minha trajetória no mestrado.

Por que a preocupação com indicadores educacionais? Recentemente, dei-me conta do quanto estiveram presentes, permeando toda a minha trajetória profissional, desde seu início, tanto os indicadores oficiais como os pessoais. Um exemplo que perdurou toda a prática docente está relacionado a todas as vezes em que, na época de fechamento de bimestre, levantava dados sobre desempenho dos alunos para avaliar o trabalho desenvolvido e redirecioná-lo diante dos indicadores estabelecidos.

O início do SARESP, na rede estadual, momento em que competia à escola trabalhar com todos os dados levantados a partir da aplicação das provas, elaborar tabelas e gráficos sobre o desempenho dos alunos, além dos relatórios a serem encaminhados às instâncias superiores para a composição dos indicadores da própria Secretaria de Educação, participava ativamente dessas tarefas. Atualmente, esse trabalho não é mais realizado na escola, os processos evoluíram e recebemos os boletins com toda essa análise, além de podermos acessar os dados por meio da plataforma Foco Aprendizagem.

A rotina da gestão escolar é impactada a todo instante por indicadores, por exemplo, o absentéismo docente e discente, o índice de ocorrências disciplinares, o rendimento dos alunos, a frequência de pratos servidos na merenda, o percentual de alunos transportados por meio de fretamento ou passe escolar, a frequência de comparecimento de pais ou responsáveis, a média de alunos por turmas, o nível socioeconômico destes, entre outros.

Trabalhar com vista nos resultados tem sido um prática muito presente na realidade educacional da rede, somos cobrados por cumprimento de metas, atingimento de índices e melhoria nos resultados, tanto de desempenho quanto de fluxo escolar. Esse foco em resultados bem-sucedidos na educação escolar não se resume às exigências da política educacional vigente, mas é algo que permeia minha prática profissional. Por essa razão, como diz o Prof. Sebastião, preciso deixar de ser diretora de escola e tornar-me pesquisadora, o que me possibilitará conhecer e compreender melhor o fenômeno de forma científica e racional, indo além da experiência vivida.

## INTRODUÇÃO

A complexidade das sociedades na atualidade tem evidenciado a necessidade do uso de indicadores em diferentes setores econômicos e sociais, incluindo sua contribuição para o planejamento de políticas por parte dos administradores públicos. Organismos internacionais precisam de dados, quantificados ou não, capazes de medir a abrangência e a eficácia dos programas e projetos em políticas públicas que financiam.

Nesse sentido, no campo da pesquisa social, a expressão “indicadores” é utilizada em referência a modos de representação de uma determinada realidade em termos de dimensões quantitativas e/ou qualitativas que, em geral, se expressam em números (VIEIRA, 2009). Um bom uso dos indicadores possibilita legitimar, com dados empíricos e de forma transparente, políticas governamentais garantindo a confiabilidade da informação, facilitando a definição de agendas, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Considera-se, nesse contexto, que políticas públicas dizem respeito a um conjunto de decisões, planos, metas e ações governamentais, em nível nacional, estadual ou municipal, voltado para a resolução de problemas de interesse público. Nas palavras de Celina Souza:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Assim, dentre as políticas públicas, encontram-se as políticas educacionais, as quais, historicamente, foram intensificadas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que consolidou em norma os direitos fundamentais, bem como os principais valores do Estado Democrático de Direito, representando um grande avanço em direção à consolidação dos direitos, dentre eles, o direito à educação.

Nesse cenário de garantia de direito à educação, a preocupação com a qualidade desta torna-se fundamental. Para tanto, algumas políticas públicas educacionais podem estar utilizando indicadores de desempenho e qualidade do ensino apontados pelos resultados das avaliações externas e pelo fluxo escolar, por exemplo, o IDEB (Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica) e o IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo), no estado de São Paulo. Esses indicadores são apontados como instrumentos para o diagnóstico da qualidade da educação escolar, apresentando os pontos que precisam ser melhorados, bem como sinalizam sua evolução ano a ano.

Evidenciando o tema, o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, em seu Artigo 11, refere-se ao uso dos indicadores como fonte de informação para avaliar a qualidade da educação, e, no Anexo, a Meta 7 trata especificamente da melhoria dos indicadores, propondo 36 estratégias para tal fim.

No âmbito estadual, a Lei nº 16.279 de 8 de julho de 2016 aprova o Plano Estadual de Educação em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação. Também apresenta os indicadores como fonte de informação acerca da qualidade da educação e propõe a Meta 7 com 37 estratégias para garantir a melhoria da educação básica.

Os indicadores estabelecidos a partir de taxas de aprovação, reprovação, evasão e outras informações coletadas a partir do Censo Escolar, juntamente aos resultados de desempenho escolar coletados por meio das avaliações externas, fazem parte do cotidiano escolar.

Em outras palavras:

A produção de dados e informações estatístico-educacionais de forma ágil e fidedigna, que retrate a realidade do setor educacional, é o instrumento básico de avaliação, planejamento e auxílio ao processo decisório para o estabelecimento de políticas de melhoria da educação brasileira (CASTRO, 2000, p. 122).

Para tanto, o problema de pesquisa que originou esta investigação diz respeito a de que modo escolas da rede estadual paulista utilizam tais indicadores e como estes interferem na organização do trabalho escolar; se esses indicadores são conhecidos por todos os segmentos da escola; e de que forma se organizam para alcançar os resultados estabelecidos.

De acordo com Gatti (2004, p. 13):

[...], o uso das bases de dados existentes sobre educação é muito pequeno pela dificuldade dos educadores em lidar com dados demográficos e com medidas de um modo geral. Estudos que utilizam mensurações também são poucos. Essa dificuldade no uso de dados numéricos na pesquisa educacional rebate de outro lado na dificuldade

de leitura crítica, consciente, dos trabalhos que os utilizam, o que gera na área educacional dois comportamentos típicos: ou se acredita piamente em qualquer dado criado (muitas vezes dependendo de quem cita – argumento de autoridade), ou se rejeita qualquer dado traduzido em números por razões ideológicas reificadas, a priori.

Considera-se como objetivo geral desta pesquisa investigar e analisar a organização do trabalho de equipes escolares da rede estadual paulista de Ensino Fundamental – anos finais e Ensino Médio – no município de Araraquara, a partir dos indicadores IDESP e IDEB, ou seja, investigar e analisar as ações de intervenções pedagógicas e de gestão demandadas a partir desses indicadores.

Como objetivos específicos, propõe-se:

- analisar como as escolas utilizam os indicadores IDESP e IDEB no planejamento dos trabalhos. Esta análise é fundamental, considerando que tais indicadores são disponibilizados para os profissionais da escola, que devem ser de seu conhecimento, bem como ferramenta para auxiliar o planejamento das ações e intervenções na prática pedagógica e na gestão escolar;
- identificar quais atores estão envolvidos no planejamento e na implementação das ações propostas a partir dos indicadores IDESP e IDEB. A pergunta que se apresenta é: Quem são estas pessoas, somente os profissionais da escola ou existem outros envolvidos que podem colaborar?;
- verificar se os trabalhos organizados a partir dos indicadores estão propostos no projeto político pedagógico ou proposta pedagógica das escolas. Partindo do pressuposto que a proposta pedagógica da escola é o documento que confere identidade a esta, cabe verificar como as propostas de ações são nele apresentadas;
- identificar as formas como as escolas promovem o acesso e a análise desses indicadores a todos os seus segmentos, levando-se em conta o princípio da transparência, da publicidade e da gestão democrática.

Em outras palavras, para responder ao problema que se apresenta e ao objetivo geral proposto, é preciso direcionar o foco para o planejamento escolar, as pessoas envolvidas no processo, as ações propostas, bem como para a visibilidade dada.

Tendo isso em vista, a preocupação com a definição do método de pesquisa foi direcionada pela necessidade de melhor compreender o objeto de estudo, que, no caso,



diz respeito ao uso dos indicadores de qualidade da educação – IDEB e IDESP – na prática pedagógica de escolas da rede pública estadual de ensino.

Esta pesquisa foi iniciada a partir da revisão bibliográfica exploratória realizada em documentos oficiais, teses e dissertações, artigos e obras de autores relevantes sobre o tema “indicadores de qualidade da educação”, bem como sobre os “indicadores IDEB e IDESP”, com o intuito de buscar referencial teórico, coletar e organizar informações para subsidiar a trajetória de investigação e a aproximação com o objeto de estudo.

Outros documentos importantes foram priorizados na composição do corpo teórico deste estudo, por exemplo, aqueles produzidos pelo INEP e aqueles produzidos pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo sobre o tema.

No entanto, cabe destacar que, apesar da revisão bibliográfica ser inerente à própria pesquisa, ocorre que são raras as publicações abordando de forma sistêmica e correlacionada os indicadores educacionais às práticas pedagógicas e de gestão escolar. Dessa forma, a presente investigação também se pauta na perspectiva de pesquisa empírica, caracterizando-se como um enorme desafio quanto ao levantamento de fontes e quanto à complexidade da análise e interpretação dos dados, informações e devida correlação com o referencial teórico-metodológico.

Na busca de respostas para o problema apresentado optou-se pela aplicação de questionário com questões fechadas, complementado por entrevistas com gestores e professores das escolas selecionadas para comporem o campo empírico deste estudo. A relevância das entrevistas justifica-se, nesta abordagem de pesquisa, justamente para conferir visibilidade às percepções dos sujeitos escolares quanto ao uso dos Indicadores de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB no plano federal e IDESP no âmbito do sistema de ensino estadual paulista). Ainda, para conferir visibilidade também às especificidades de tais indicadores no tocante à sistemática organizacional-pedagógica das escolas estaduais paulistas vinculadas à SEE-SP.

A amostra será composta por cinco escolas de Ensino Fundamental – anos finais – e Ensino Médio integrantes da Diretoria de Ensino – região de Araraquara, escolhidas aleatoriamente.

O projeto deste estudo foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa na Plataforma Brasil, em atendimento à Resolução nº 510/2016, que dispõe sobre normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, obtendo parecer favorável para sua realização.

Este estudo foi organizado em três capítulos, sendo que para a estruturação deste trabalho, no primeiro capítulo buscou-se apresentar indicadores, indicadores sociais e

indicadores educacionais, a partir de suas definições e discorrer sobre suas funções e fontes para a sua construção.

No segundo capítulo, procurou-se focalizar os indicadores educacionais utilizados como referência para a qualidade da educação, discorrendo sobre o IDEB e o IDESP. O último capítulo está pautado na pesquisa realizada com os profissionais que atuam em algumas escolas da rede estadual paulista em Araraquara. Neste capítulo, encontra-se o detalhamento da pesquisa e a interpretação dos dados coletados.

Pretende-se com este trabalho colaborar com a trajetória rumo a uma prática pedagógica de melhor qualidade, de cuja construção todos participem, de maneira mais efetiva e democrática. Para isso, consideram-se os indicadores de qualidade da educação referências significativas no planejamento de ações que efetivamente garantem a melhoria da qualidade da escola.

## **1 BREVE APRESENTAÇÃO DE INDICADORES, INDICADORES SOCIAIS E INDICADORES EDUCACIONAIS**

Indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade, os quais podem qualificar algo. São um instrumento que sintetiza um conjunto de informações, quase sempre em um número, permitindo medir determinados fenômenos entre si ou ao longo de determinado tempo. Podem ser utilizados para verificação, observação, demonstração ou avaliação de determinados aspectos da realidade de acordo com um ponto de vista.

### **1.1 Indicadores: definição e funções**

Em consultas a dicionários, como *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* e *Michaelis Dicionário Prático da Língua Portuguesa*, o significado de indicador é “aquele que indica; indicativo; que orienta sobre qualquer providência a ser tomada”.

Apesar dos vários termos utilizados para definir indicador, em linhas gerais, há consenso quanto ao fato de indicadores constituírem uma forma de simplificação e sintetização de fenômenos complexos, usualmente por meio de sua quantificação. Construir bons indicadores é tarefa da estatística associada às áreas de interesse da sociologia, economia, demografia e geografia, por exemplo. O caminho para sua construção inicia-se em um fato ou evento da realidade. Sobre esse fato são levantados dados brutos (estatísticos) que permitem definir o indicador e gerar análises, conclusões e decisões.

Os indicadores podem ser simples ou compostos. São simples quando descrevem um determinado aspecto da realidade ou apresentam uma relação entre situações ou ações. São excelentes para realizar avaliações situacionais e cumprimento de pontos de um programa de governo, permitindo conclusões rápidas e objetivas.

Indicadores compostos apresentam, de forma sintética, um conjunto de aspectos da realidade, agrupando em um único número vários indicadores simples, estabelecendo algum tipo de média entre eles. Para isso, faz-se necessária a definição de uma forma de ponderação, ou seja, assumir que os indicadores terão “peso” diferente para a determinação do resultado, ao final.

Considerando indicadores como ferramenta na definição e acompanhamento das políticas públicas, de acordo com Chrispino, eles podem ser classificados como indicadores de impacto, eficácia, eficiência e efetividade:

- a. **Impacto:** é o indicador que permite o primeiro grande resultado quando explicita como seria ou será o cenário com e sem a Política Pública indicada. A pergunta orientadora é: O que muda se realizarmos tal projeto? Ou como será nossa vida com essa nova Política Pública?
- b. **Eficácia:** é o indicador que representa o grau de atingimento dos resultados esperados por uma Política Pública. É o tipo de indicador mais comum nos programas pela facilidade de identificação do resultado a baixo custo. Eficácia é uma dimensão do processo de desenvolvimento e implementação. É fazer a coisa certa. A pergunta orientadora para este indicador é: Quanto do que se esperava foi alcançado?
- c. **Eficiência:** define a relação entre o custo e o benefício apresentados na Política Pública. Está diretamente relacionado com a qualidade e o modo com que são usados os recursos públicos. É fazer certo as coisas. A pergunta orientadora para este indicador é: Para fazer isso, eu poderia gastar menos?
- d. **Efetividade:** este indicador quer identificar o grau de satisfação do cidadão ou quanto seu direito foi atendido com a implementação da Política Pública. Efetividade é a dimensão de resultados. É o quanto a sociedade ganhou de verdade. A pergunta orientadora para este indicador é: Essa Política Pública, de fato, alcançou a expectativa da sociedade? (CHRISPINO, 2007, p. 15).

Ao tratar do termo indicador, depara-se com outros dois termos que, em vários momentos, confundem-se com o primeiro. São eles: índice e taxa.

Índice pode ser o mesmo que indicador, mas, a rigor, é uma síntese de vários indicadores; enquanto taxa é um tipo particular de indicador, representa a proporção de elementos que experimentam um fenômeno ao longo de um período sobre a totalidade dos elementos expostos a este fenômeno. Pode ser entendida, também, como a probabilidade de ocorrência do fenômeno (FONSECA, 2010, p. 5).

Determinados esses aspectos mais gerais sobre indicadores, tendo-os como ponto de partida, direciona-se esta análise para os indicadores sociais dos quais fazem parte os indicadores educacionais.

## 1.2 Indicadores sociais

O termo “indicadores” surgiu no início da década de 1960, ainda que nas décadas de 1920 e 1930 tivessem havido contribuições significativas para a construção do conceito do termo. Contudo, nos anos 1960 houve tentativas mais sistemáticas de organização, acompanhamento das transformações sociais, bem como aferição do impacto das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas ou não.

Nas palavras de Soligo, pode-se reconhecer os caminhos do processo de consolidação dos indicadores sociais:

Instituições multilaterais como OCDE, UNESCO, FAO, OIT, OMS, UNICEF e Divisão de Estatística das Nações Unidas, reconhecendo os limites dos indicadores puramente econômicos, passaram a empreender esforços conceituais e metodológicos para desenvolvimento de instrumentos de mensuração do bem-estar e da mudança social. Somados a isso, os livros “Social Indicators” (1967) de Bauer, e “Toward a Social report” (1966), publicação oficial do governo dos Estados Unidos, desenvolvidos sob encomenda do governo estadunidense, representam marcos importantes no processo que ficou conhecido, na década de 1960, como “Movimento de Indicadores Sociais” (SOLIGO, 2012, p. 15).

Assim, em linhas gerais, indicador social pode ser entendido como uma medida, geralmente estatística, usada para fornecer uma informação ou descrever um fenômeno da realidade social para fins de pesquisa ou formulação, monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas. O surgimento e o desenvolvimento desses indicadores está diretamente relacionado às atividades de planejamento do setor público.

Segundo Jannuzzi:

Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Prestam-se a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2005, p. 138).

Segundo Francisco (2019, on-line), os indicadores sociais são definidos como “meios utilizados para designar os países como sendo: ricos (desenvolvidos), em desenvolvimento (economia emergente) e pobres (subdesenvolvidos)”. Traz, ainda, a

informação de que os organismos internacionais analisam os países segundo os seguintes aspectos:

- a. Expectativa de vida: média de anos de vida de uma pessoa em determinado país;
- b. Taxa de mortalidade: corresponde ao número de pessoas que morreram durante o ano;
- c. Taxa de mortalidade infantil: corresponde ao número de crianças que morrem antes de completar 1 ano;
- d. Taxa de analfabetismo: corresponde ao percentual de pessoas que não sabem ler e nem escrever;
- e. Renda Nacional Bruta (RNB) per capita: baseada na paridade de poder de compra dos habitantes;
- f. Condições de saúde: refere-se à qualidade da saúde da população;
- g. Alimentação: refere-se à alimentação mínima que uma pessoa necessita, cerca de 2500 calorias e se essa alimentação é balanceada;
- h. Condições médico-sanitárias: acesso a esgoto, água tratada, pavimentação, etc.
- i. Qualidade de vida e acesso ao consumo: correspondem ao número de carros, de computadores, televisores, celulares; acesso à internet, entre outros (FRANCISCO, 2019, on-line).

Dentre os indicadores sociais, confere-se grande relevância ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que possibilita a comparabilidade internacional, favorecendo iniciativas internas, bem como orientando ações de ajuda internacional. O IDH mede o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação. Foi criado pela ONU (Organização das Nações Unidas) para tentar aferir como as pessoas estão vivendo nos países de todo o mundo.

Outro indicador social significativo é o IDHM (Índice de Desenvolvimento do Município), que visa adaptar a metodologia do IDH ao contexto brasileiro, adaptando esta metodologia aos indicadores disponíveis nos Censos Demográficos, de forma a garantir a mesma fonte de dados e a comparabilidade entre todos os municípios.

Na maioria dos países, os responsáveis pela produção das informações que integram os sistemas de indicadores sociais são os órgãos oficiais do governo. No caso do Brasil, cabe ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a responsabilidade da produção das estatísticas que compõem o sistema de indicadores sociais. As principais fontes de dados são as pesquisas do próprio IBGE, como as pesquisas censitárias (Censo Demográfico e Contagem Populacional) e por amostra de domicílios (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD).

É neste cenário de indicadores sociais que se encontram os indicadores educacionais.

### 1.3 Indicadores educacionais: definição e funções

A utilização de indicadores na área da educação tem sido importante instrumento de gestão, possibilitando atuações nas redes de ensino, em programas e projetos, identificando situações que necessitam de mudanças, incentivos ou aprimoramentos. Os indicadores educacionais possibilitam a melhor compreensão do fenômeno favorecendo o desenvolvimento de ações mais adequadas na busca de superação das dificuldades e efetivação de melhores resultados.

Indicadores educacionais geralmente são construídos com o intuito de atribuir um valor estatístico à qualidade do ensino de uma escola ou rede levando em conta não somente o desempenho dos alunos, como também o contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas, por exemplo, o monitoramento do acesso, da permanência e da aprendizagem dos alunos, contribuindo para a elaboração de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação.

No âmbito escolar, a avaliação institucional deve revelar alguns indicadores, como o nível de evasão escolar; a média de notas da escola; os índices de aprovação; o número de horas do docente e sua dedicação; o grau de satisfação do aluno, dos docentes e dos funcionários; e, o acesso e a utilização das tecnologias de informação e comunicação. Juntos, eles fornecem elementos para o acompanhamento da qualidade dos serviços prestados e tornam a gestão escolar capaz de promover as melhorias necessárias.

Em relação à sala de aula, alguns indicadores são responsáveis por oportunizar estratégias que otimizem os resultados obtidos, bem como alinhar o trabalho docente e a aprendizagem de cada estudante. Indicadores que, por exemplo, apontem a média da sala de aula; a percepção dos alunos em relação aos professores e às disciplinas; a participação dos alunos em aula; o nível de aprendizagem por disciplinas, conteúdos, competências e habilidades; e, a percepção dos docentes em relação às turmas.

A análise de tais indicadores, além de evidenciar o desempenho individual de alunos, é importante para o desenvolvimento do educador. Professores e gestores podem fazer uso dos indicadores como ferramentas de autoavaliação, a fim de observarem as próprias ações.

Os indicadores educacionais podem ser caracterizados como: de insumo, de processo e de produto. De acordo com Mello e Souza:

Indicadores de insumo podem se referir à disponibilidade de material pedagógico, à qualificação dos professores e às instalações e

equipamentos existentes. Já indicadores de processo estão preocupados com eficiência, pois descrevem uma relação entre insumo e produto. Nestes casos, a preocupação é com a eficiência social, que expressa o grau de relevância para a sociedade dos egressos da escola. Ou seja, se educação tem conteúdo e qualidade exigidos pela sociedade, em especial pelo mercado de trabalho. [...] Entre os indicadores de processo pode-se mencionar a taxa de evasão, o número médio de anos de estudo por graduado, a relação aluno-professor, e o uso do tempo na escola (2010, p. 161).

Os indicadores educacionais podem ser classificados em dois grandes grupos: de um lado, aqueles que descrevem a situação educacional da população como um todo, por exemplo, os indicadores de analfabetismo e de acesso à escolarização, cuja finalidade é identificar a extensão do analfabetismo em uma faixa etária da população ou o acesso a um determinado nível educacional, medido pela proporção entre as matrículas e a população na faixa etária correspondente ao nível em questão. Por outro lado, temos os indicadores que tomam por referência apenas as pessoas que estão estudando, dizem respeito a aspectos do processo, como transição ou fluxo, atraso, conclusão ou produtividade.

Nesse sentido, os indicadores educacionais assumem algumas funções principais, tais como o monitoramento, a tomada de decisão e a avaliação de programas. Assim, o monitoramento ocorre mediante o acompanhamento da evolução dos indicadores, ou dos conceitos que representam, para observar situações indesejáveis que requeiram ações corretivas. Recorre-se ao exposto por Alberto de Mello e Souza para melhor elucidar essa função:

Escolas de uma rede de ensino podem ser acompanhadas através do comportamento de alguns indicadores, geralmente relativos aos resultados do processo de ensino, como a taxa de repetência. Desta forma, pode-se identificar as escolas de pior desempenho, que estão necessitando de apoio capaz de melhorar os seus resultados (SOUZA, 2010, p. 158).

Frequentemente, os indicadores ajudam na definição de intervenções, ou seja, assumindo a outra função que é a de auxiliar na tomada de decisão. Em outras palavras, algumas decisões tomadas no início de um ano letivo dependem de alguns indicadores, como é o caso da definição da demanda escolar, isto é, a compatibilização de matrículas de alunos com a quantidade de vagas nas escolas.

Outros exemplos apontados por Souza (2010, p. 158), como a alocação de professores de acordo com a grade curricular e o número de turmas; ou mesmo a previsão



de material pedagógico e a merenda escolar dependem, fundamentalmente, de outras informações – indicadores que auxiliam a tomada de decisão.

O uso de indicadores para a avaliação de programas é indispensável para a verificação do atingimento dos objetivos propostos e oferece a possibilidade do reconhecimento dos motivos do insucesso. Ainda de acordo com Souza:

[...] é indispensável que o programa tenha bem definido os indicadores referentes à situação inicial do programa, aos seus ganhos esperados e, posteriormente, aos resultados obtidos. Devem ser definidos os indicadores de sucesso que expressam o patamar mínimo estabelecido para os indicadores de objetivos. A comparação entre os critérios de sucesso e os resultados obtidos permite julgar as realizações de um programa (SOUZA, 2010, p. 159).

Aprofundando um pouco mais nas funções dos indicadores educacionais, verifica-se que há uma tendência em utilizá-los como instrumento de comparação e orientação de decisões na área da educação envolvendo alguns países, tendo os resultados largamente difundidos na comunidade internacional por meio de publicações coordenadas, por vezes, por organismos como a UNESCO e a OCDE. A apresentação e o detalhamento de alguns desses estudos serão tratados na sequência.

#### **1.4 Apresentando algumas fontes internacionais de indicadores educacionais**

Em consulta ao portal do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – o qual será melhor apresentado posteriormente), tem-se acesso a informações sobre as relações desse instituto com órgãos internacionais para contribuir com a coleta de dados e informações, por vezes transformados em indicadores, com o objetivo maior de compor diversos estudos e publicações internacionais. Podem ser citados a título de exemplo:

- **UNESCO:** as coletas de dados da UNESCO são coordenadas pelo **Instituto de Estatística da UNESCO (UIS)**. Dentre as coletas de dados conduzidas pelo UIS, destaca-se o questionário *Educational Attainment*, sobre a população por nível de escolaridade e o *Literacy Statistics* sobre a população alfabetizada e a não alfabetizada.
- **OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico):** o **Programa de Indicadores dos Sistemas Educacionais Nacionais** ou INES

(*Indicators of National Education Systems*) da OCDE é responsável pela construção de indicadores educacionais comparáveis internacionalmente, além da elaboração de estudos técnicos, pesquisas e levantamento de dados para a análise das dimensões da constituição de indicadores. Tais atribuições envolvem tarefas como: desenvolver, coletar, analisar e interpretar uma variedade de indicadores internacionais por meio de suas publicações anuais; fórum para a cooperação internacional e a troca de informação sobre métodos e práticas de desenvolvimento e uso de indicadores educacionais para os sistemas de formulação de políticas e gestão de sistemas educacionais; contribuir para desenvolver mais indicadores válidos e confiáveis na formação de políticas. Este instituto foi criado em 1998 e conta com a participação de 34 países membros da OCDE (Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Suíça e Turquia), além de outros 5 países associados à organização (Brasil, China, Índia, Indonésia e Rússia).

- **UOE (UNESCO OECD Eurostat) Data Collection:** os questionários UOE coletam informações dos sistemas educacionais dos países participantes nos seus diversos níveis de educação e modalidades de ensino. Coletam dados nos diversos níveis de ensino, sobre matrículas, ingressantes, concluintes, turmas e docentes, população e gastos públicos. Têm como objetivo desenvolver um conjunto de indicadores educacionais relevantes para as políticas educacionais dos países membros e produzir estatísticas e indicadores educacionais, além de promover a realização periódica e atualizada de estudos comparativos internacionais.
- **Working Party:** é a instância do INES responsável por monitorar, supervisionar, dirigir e coordenar o trabalho estatístico, além de desenvolver indicadores e análises quantitativas. Dentre as atribuições, cabe mencionar: administrar a implementação das coletas de dados necessárias para dar suporte à consolidação e ao desenvolvimento de indicadores; traçar prioridades e modelos para o desenvolvimento de dados, análise e relatórios; assegurar a qualidade e a confiabilidade dos resultados, atividades, projetos e avaliações de dados; disseminar aconselhamento sobre políticas, análises, pesquisas e dados para diversos países; e, por fim, revisar e preparar a publicação da *Education at a Glance*.

- ***Network on the Outcomes of Learning***: é a instância responsável por desenvolver indicadores sobre educação, trabalho e ganhos (salariais e sociais), sobre a transição da população jovem adulta (de 15 a 29 anos) da escola para o mercado de trabalho; e, os resultados sociais e econômicos advindos da educação. Tem a tarefa de compatibilizar as estatísticas sobre educação continuada e treinamento; e, ainda, analisa os recursos financeiros investidos em cada nível da educação.
- ***Network on System-level Information (NESLI)***: é responsável por desenvolver indicadores sobre o ambiente educacional e a organização das escolas, bem como estudos de compatibilidade internacional sobre as características dos sistemas educacionais, do ambiente de aprendizagem, da organização escolar, dos sistemas de avaliação de professores, da equidade e da responsabilização.
- **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA – *Programme for International Student Assessment*)**: tem por principal objetivo produzir indicadores sobre qualidade da educação nos países participantes, de forma a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico. É uma iniciativa de avaliação comparada aplicada de forma amostral a estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental, faixa etária em torno dos 15 anos, considerando ser a idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica na maioria dos países. Esta avaliação acontece a cada três anos, versando sobre competências em leitura, matemática e ciências. Por outro lado, o PISA também coleta informações para a elaboração de indicadores contextuais que possibilitam relacionar o desempenho dos alunos a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais. Essas informações são coletadas por meio de questionários específicos.
- **Programa Mundial de Indicadores Educacionais/WEI**: sistema de indicadores educacionais comparáveis internacionalmente que possibilitam a análise de um conjunto de países em desenvolvimento e dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O WEI, do inglês *World Education Indicators*, foi criado em 1997 e tem por função a produção de dados estatísticos e indicadores educacionais com a finalidade de contribuir para a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento dos países membros na área de educação, além de promover estudos comparativos internacionais. Inicialmente, este programa estava sob a coordenação da UNESCO e da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). A partir de 2006, o WEI passou a ser coordenado apenas pela UNESCO.

- **WEI Regular:** coleta de dados realizada anualmente desde 1998, que segue uma metodologia desenvolvida pelo grupo de trabalho que envolve a UNESCO, a OCDE e as Estatísticas da União Europeia com base na Classificação Internacional Padronizada da Educação (ISCED97). Tem como objetivo coletar informações dos sistemas educacionais, nos seus diversos níveis de educação e modalidades de ensino; dos alunos novos, concluintes e docentes. Os dados coletados pelo WEI são integrados às bases de dados do UIS (UNESCO *Institute for Statistics*) e subsidiam a publicação do EFA (*Education For All*).
- Os estudos desenvolvidos pelo **Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação** (*Laboratorio Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación – LLECE*), da Oficina Regional da UNESCO para a América Latina e o Caribe (OREALC), buscam avaliar a qualidade da educação no Ensino Fundamental. O primeiro estudo surgiu de um acordo entre países da América Latina, unidos pela vontade de melhorar a qualidade e a igualdade de sua situação educacional, por meio de seus sistemas nacionais de medição e avaliação.
- **Projeto Regional de Educação para América Latina e Caribe (PRELAC):** é o resultado do consenso entre os ministros da educação dos países da América Latina e Caribe sobre a situação da educação na região e sua projeção. Foi criado como contribuição estratégica para o cumprimento das metas do programa “Educação para Todos”, principalmente em relação à promoção da qualidade da educação. O projeto objetiva promover mudanças nas políticas educacionais, de forma a assegurar o aprendizado de qualidade, voltado para o desenvolvimento humano.
- **Projeto Regional de Indicadores Educacionais da Cúpula das Américas (PRIE):** criado como um mecanismo de monitoramento dos objetivos levantados pela Cúpula das Américas, o PRIE busca construir um conjunto básico de indicadores educacionais comparáveis nas Américas, além de melhorar os sistemas regionais de estatísticas educacionais, publicar os indicadores e fomentar o seu uso na formação das políticas educacionais. Objetiva contribuir para o progresso das tomadas de decisões e dos compromissos estabelecidos. O INEP participa do fornecimento das estatísticas nacionais, quando solicitadas, para subsidiarem os trabalhos nas reuniões, especialmente por meio do Projeto PRIE.

Neste ponto, é importante mencionar duas publicações de extrema importância para a veiculação de indicadores educacionais. Trata-se da *Education at a Glance* e dos *Indicadores Educacionais em Foco*. A primeira resulta de um estudo realizado anualmente pelo INES com o objetivo de apresentar a coleta de dados educacionais internacionais em temas como o impacto da aprendizagem, o investimento financeiro, o acesso à educação, o contexto de aprendizagem e a organização das escolas.

Os indicadores veiculados no *Education at a Glance* possibilitam que os gestores de políticas educacionais comparem seus sistemas com os de outros países, permitindo a reflexão sobre os esforços empreendidos em políticas educacionais.

A série “Indicadores em Foco” é um desdobramento da publicação *Education at a Glance*, ou seja, traz para a discussão alguns aspectos de indicadores apresentados nesta, os quais podem despertar o interesse de educadores e autoridades educacionais. Os pontos levantados são acompanhados de dados estatísticos, de enfoques socioeconômicos e de outras informações que podem enriquecer o debate.

Tais publicações estão disponíveis para consulta ou *download* no portal do INEP.

Após a exposição sobre indicadores educacionais em nível internacional é importante, a seguir, trazer essa discussão para o nível nacional.

## **1.5 Construindo indicadores educacionais no Brasil**

Redirecionando a análise para indicadores educacionais no Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de acordo com informações contidas em seu portal, é responsável por promover estudos, pesquisas e avaliação sobre o sistema educacional nacional. Criado em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, foi denominado, inicialmente, Instituto Nacional de Pedagogia. A partir da Lei nº 9.448 de 14 de março de 1997, o INEP foi transformado em autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Na atualidade, conta com as seguintes atribuições:

- organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais;
- planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento do sistemas de projetos de avaliação educacional para o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades do ensino;

- apoiar o Distrito Federal, os estados e os municípios no desenvolvimento de sistemas de projetos de avaliação educacional;
- desenvolver e implementar sistemas de informação com estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e gestão das políticas educacionais;
- subsidiar a formulação de políticas por meio da elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes de avaliação da educação básica e superior;
- coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação;
- definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior;
- promover a disseminação de informações sobre a qualidade da educação básica e superior;
- articular-se com instituições nacionais e internacionais, por meio de ações de cooperação institucional, técnica e financeira bilateral e multilateral;
- publicar estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Para cumprir todas essas atribuições, o INEP coordenou a publicação de documentos importantes no que se refere a indicadores educacionais, por exemplo, o *Dicionário de Indicadores Educacionais* e a *Geografia da Educação Brasileira*.

### ***1.5.1 Dicionário de Indicadores Educacionais***

O documento denominado *Dicionário de Indicadores Educacionais* (MEC/INEP, 2004) apresenta alguns indicadores educacionais e as metodologias para o cálculo destes, dividindo-os em seis grupos distintos:

#### **A. Indicadores sociodemográficos:**

- taxa de analfabetismo: mede o grau de analfabetismo da população. Avalia o percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária. Usualmente, é considerada a faixa etária de 15 anos ou mais, isto é, o analfabetismo avaliado acima da faixa etária na qual, por lei, a escolaridade seria obrigatória;

- número médio de anos de estudo: expressa a escolaridade média (em anos) da população com mais de 10 anos de idade, podendo ser calculado por grupos de idade;
- percentual de população adulta segundo o nível de instrução: expressa o percentual da população adulta (25 a 64 anos) segundo o maior nível de instrução (nenhum, fundamental incompleto, fundamental completo, médio e superior);
- índice de adequação de escolaridade da população na faixa etária de 11 a 18 anos: mede a distância entre a situação de escolaridade ideal e a observada da população na faixa etária de 11 a 18 anos.

#### **B. Indicadores de oferta:**

- número médio de alunos por turma: mede o tamanho médio das turmas;
- percentual de docentes com formação superior: expressa o nível de qualificação dos docentes com grau de formação de ensino superior em exercício;
- número médio de horas-aula diárias: mede o tempo médio de duração diária do aluno na escola. É a média aritmética ponderada tendo como fator de ponderação a matrícula na data de referência do Censo Escolar, por série, grupo de séries e nível de ensino;
- percentual de alunos beneficiados por item de infraestrutura oferecido pela escola: a partir das dependências físicas e recursos pedagógicos existentes na escola, informações no Censo Escolar, expressa a participação relativa dos alunos que, estando matriculados nessa escola, são beneficiados por cada tipo de infraestrutura;
- relação aluno/função docente: expressa o número médio de alunos por função docente, em determinado nível/modalidade de ensino;
- relação aluno/função não docente: expressa o número de alunos por função não docente;
- percentual de escolas por série oferecida: expressa as escolas que ofertam determinado nível de ensino, o percentual correspondente às que apresentaram matrícula em determinada série relativa a este nível de ensino;
- taxa de utilização de salas de aula: expressa o percentual de salas de aula utilizadas em relação ao total de salas de aula existentes;

- relação turma/sala de aula existente por turno: expressa a relação entre o número de turmas oferecidas e o número de salas de aula existentes, por turno de funcionamento;
- percentual de matrículas por áreas gerais (educação superior – graduação): expressa o percentual das matrículas do ensino superior em relação às grandes áreas;
- percentual de docentes com mestrado (educação superior – graduação): expressa o percentual de docentes que atuam no ensino superior cujo grau de formação é mestre;
- percentual de docentes com doutorado (educação superior – graduação): expressa o percentual de docentes que atuam no ensino superior cujo grau de formação é doutor;
- relação aluno/docente em exercício (educação superior – graduação): expressa o número médio de alunos por função docente em exercício no ensino superior;
- relação inscrição/vaga no vestibular (educação superior – graduação): expressa a relação entre inscritos e vagas oferecidas no vestibular.

### **C. Indicadores de acesso e participação:**

- taxa de atendimento escolar: expressa o percentual da população que se encontra matriculada na escola, em determinada idade ou faixa etária;
- taxa de escolarização líquida: expressa o percentual de pessoas matriculadas em determinado nível de ensino na idade ou faixa etária teoricamente adequada a esse nível em relação à população na faixa etária teoricamente adequada ao mesmo nível de ensino;
- taxa de escolarização bruta: expressa o percentual da matrícula total em determinado nível de ensino em relação à população na faixa etária teoricamente adequada para frequentar esse nível de ensino;
- taxa de incorporação no ensino fundamental aos 7 anos de idade: expressa o percentual da população de 7 anos de idade matriculada no ensino fundamental;
- taxa de ingresso no ensino fundamental: expressa o percentual de alunos que ingressaram pela primeira vez na 1ª série do ensino fundamental em relação à população de 7 anos;
- taxa de incorporação ao sistema educacional: expressa o percentual de alunos que ingressaram pela primeira vez na 1ª série do ensino fundamental em relação à matrícula total do ensino fundamental;



- taxa de ingresso de alunos provenientes da educação de jovens e adultos: expressa o percentual de alunos matriculados que não frequentaram a escola no ano anterior em relação à matrícula inicial;
- taxa de ingresso de alunos provenientes da educação de jovens e adultos: expressa o percentual de alunos matriculados no ensino regular que, em relação à matrícula inicial, no ano anterior encontravam-se na EJA;
- percentual de matrículas no turno noturno: expressa o percentual de alunos matriculados no turno noturno, em determinado nível de ensino;
- percentual de alunos do sexo feminino: expressa o percentual de alunos matriculados do sexo feminino, em determinado nível de ensino;
- percentual de concluintes do sexo feminino: expressa o percentual de concluintes do sexo feminino. Trata-se do quociente entre os concluintes do sexo feminino e o total de concluintes, em determinado nível de ensino.

#### **D. Indicadores de eficiência e rendimento:**

- taxa de distorção idade-conclusão: expressa o percentual de alunos que concluem determinado nível de ensino, com idade superior à recomendada;
- taxa de distorção idade-série: expressa o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada;
- idade mediana que o aluno completa no ano de conclusão: representa a idade que divide o alunado de concluintes, em determinado nível de ensino, em dois grupos de igual tamanho;
- idade mediana que o aluno completa no ano: representa a idade que divide o alunado em dois grupos de igual tamanho;
- taxas de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono): expressa o percentual de alunos aprovados, reprovados e afastados por abandono;
- taxas de fluxo escolar (promoção, reprovação e evasão): expressa o percentual de alunos promovidos (matriculados na série  $s+1$ , no ano  $m+1$  em relação à matrícula total da série  $s$  no ano  $m$ ), alunos repetentes (matriculados na série  $s$  no ano  $m+1$  em relação à matrícula total da série  $s$  no ano  $m$ ) e alunos evadidos (alunos que estando matriculados na série  $s$  no ano  $m$  não encontram-se na matrícula da série  $s$  ou  $s+1$  no ano  $m+1$ );
- tempo médio esperado de permanência no sistema: mede o tempo médio que o aluno permanece no sistema educacional, a partir de uma coorte hipotética, considerando as taxas de transição vigentes para determinado nível de ensino;

- tempo médio esperado de conclusão: mede o tempo médio que um aluno levará para concluir um nível de ensino a partir de uma coorte hipotética, considerando as taxas de transição vigentes para determinado nível de ensino;
- número médio esperado de séries concluídas: expressa o número médio de séries que um aluno conclui com aprovação, a partir de uma coorte hipotética, considerando as taxas de transição vigentes para determinado nível de ensino;
- taxa esperada de conclusão: expressa o percentual de alunos que chegam a concluir determinado nível de ensino, a partir de uma coorte hipotética, considerando as taxas de transição vigentes para este nível de ensino;
- número médio de matrículas-ano dispendidas por concluinte: expressa o número médio de matrículas utilizadas por uma coorte, a partir de um determinado conjunto de taxas de transição para obtenção de um concluinte, em determinado nível de ensino;
- relação entrada/saída de matrículas-ano: expressa o número médio de matrículas-ano, a partir de uma determinada coorte, por concluinte utilizado para a obtenção de um concluinte, em determinado nível de ensino;
- percentual de matrículas-ano produtivas: expressa o percentual de matrículas-ano dispendidas para a obtenção de concluintes sem reprovação a partir de uma determinada coorte, em determinado nível de ensino;
- produtividade esperada de conclusão: trata-se de uma medida que visa quantificar a produtividade de determinado nível de ensino considerando, de forma combinada, o percentual de alunos que conseguem chegar à conclusão e o respectivo tempo médio esperado para essa conclusão.

#### **E. Indicadores de financiamento da educação:**

- gasto público com educação em relação ao PIB: mede o esforço financeiro que um país realiza para oferecer educação, o quanto que a sociedade destina para o setor educacional;
- gasto público na educação em relação ao gasto público total: expressa o quanto que o governo decide investir e destinar recursos para a educação;
- percentual de gasto público com educação por tipo de gasto (corrente e capital): expressa a participação percentual dos tipos de gasto (corrente e capital) na composição do gasto público em educação;
- gasto médio por aluno: mede o gasto médio em educação por aluno no sistema educacional, em determinado nível de ensino;

- gasto médio por aluno em relação ao PIB *per capita*: mede o gasto médio por aluno no sistema educacional para cada nível de ensino, comparativamente à capacidade de investimento *per capita* da sociedade.

#### **F. Indicadores de comparação internacional:**

- percentual da população de 5 a 14 anos de idade em relação à população total: mede a participação percentual da demanda na faixa de 5 a 14 anos em relação à população total;
- taxa de atendimento escolar na faixa de 5 a 14 anos: expressa o percentual da população na faixa de 5 a 14 anos que está matriculada na escola;
- percentual de concluintes do ensino médio em relação à população na idade teórica de conclusão (17 anos): expressa o percentual de concluintes do ensino médio regular em relação à coorte de 17 anos (idade teoricamente recomendada para a conclusão do ensino médio regular).

Cumprir destacar que o dicionário prevê indicadores voltados para a comparação internacional e, considerando a data da última edição, encontra-se desatualizado em relação às práticas mais recentes do INEP. Porém, impactou de forma significativa o Censo Escolar provocando mudanças na forma de coleta de dados para cálculo das taxas de rendimento escolar e de fluxo escolar que contribuiu para a introdução do IDEB.

#### ***1.5.2 Geografia da Educação Brasileira***

Em relação ao outro documento, *Geografia da Educação Brasileira*, trata-se de uma publicação que reúne os principais indicadores educacionais do país, por regiões geográficas e unidades da federação, com a devida definição, fórmula de cálculo, fontes de dados e esclarecimentos metodológicos, acompanhadas de gráficos e mapas (INEP, 2000, p. 8).

Para facilitar a leitura e a compreensão dos vinte e três indicadores reunidos neste documento, eles foram divididos em seis blocos distintos com o objetivo de responder a questões sobre a performance da educação quanto ao contexto social que se desenvolve; aos recursos e equipamentos pedagógicos que as escolas oferecem a seus alunos; a quem tem acesso ao ensino básico e superior; a como os estudantes evoluem dentro do sistema, ao desempenho escolar e a quanto é gasto.

Os blocos e os indicadores desse documento são:

**A. Sociodemográfico:**

- índice de desenvolvimento humano (IDH);
- distribuição espacial da população;
- população em idade escolar;
- taxa de analfabetismo;
- nível de instrução da população.

**B. Condições de oferta:**

- alunos atendidos por tamanho da escola;
- número médio de alunos por turma;
- número médio de horas-aula diárias;
- qualificação dos docentes;
- recursos disponíveis na escola.

**C. Acesso e participação:**

- taxa de escolarização e atendimento;
- distribuição da matrícula por sexo.

**D. Eficiência e rendimento escolar:**

- taxas de rendimento escolar;
- taxas de distorção idade-série;
- taxas de transição de fluxo escolar;
- eficiência do fluxo escolar;
- expectativa de conclusão.

**E. Desempenho escolar:**

- desempenho em língua portuguesa;
- desempenho em matemática.

**F. Financiamento da educação:**

- gasto público com educação em relação ao PIB;
- gasto público com educação em relação ao gasto total;
- gasto aluno/aluno.

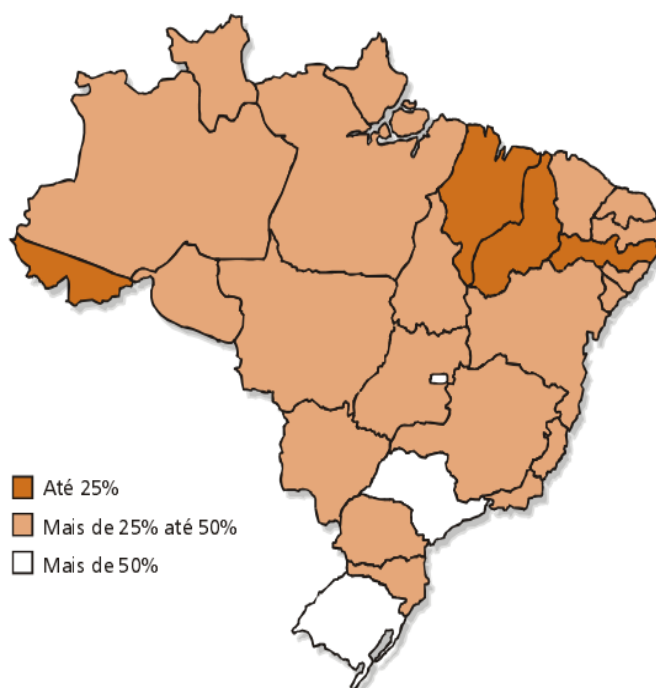
Como na época não havia ainda a Prova Brasil, no bloco relativo ao desempenho escolar são considerados os resultados do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação

Básica – será melhor detalhado posteriormente) de alunos da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio.

Na publicação *Geografia da Educação Brasileira*, como afirmado anteriormente, os indicadores educacionais são apresentados de forma comparativa entre as regiões e os estados brasileiros iniciando com a distribuição espacial da população, como segue:

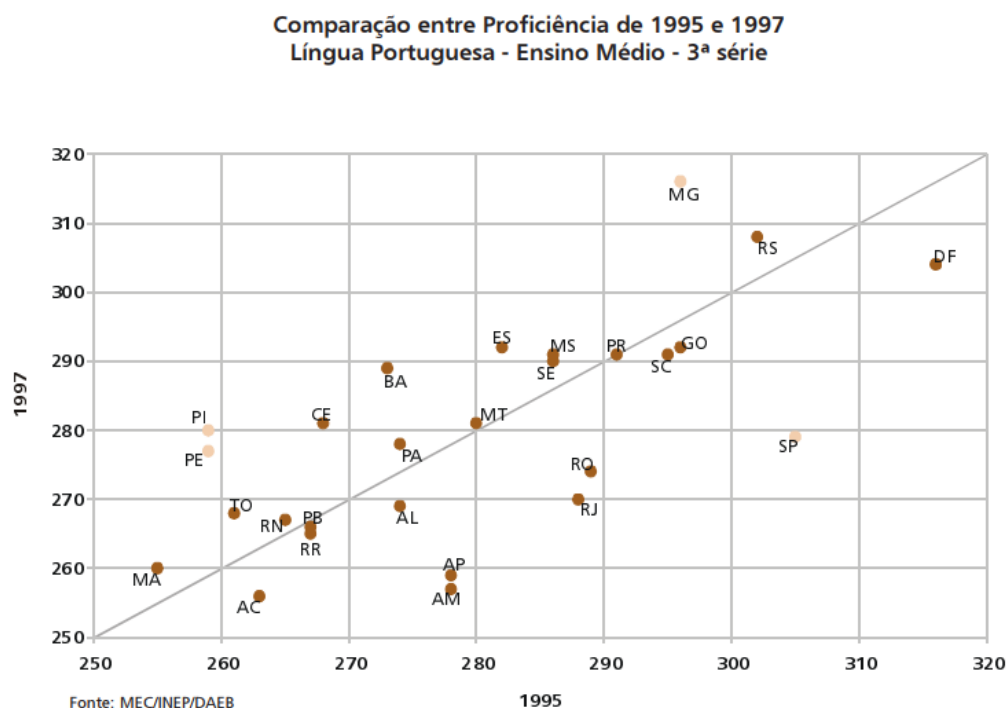
**Figura 1: Geografia da educação brasileira – desempenho escolar em língua portuguesa**

**Ensino Médio - 3.ª série - Percentual de Alunos acima do Nível 300 da Escala de Proficiência em Língua Portuguesa - 1995**



Fonte: *Geografia da Educação Brasileira*/INEP

**Gráfico 1: Geografia da educação brasileira – desempenho em língua portuguesa**



Fonte: *Geografia da Educação Brasileira/INEP*

Atualmente, ambas as publicações (*Dicionário de Indicadores Educacionais* e *Geografia da Educação Brasileira*) deixaram de ser produzidas pelo INEP, entretanto, não significa que os indicadores abordados foram deixados de lado.

### ***1.5.3 INEP e indicadores educacionais na atualidade***

Em consulta ao portal do INEP, pode-se acessar as informações, relatórios e planilhas dos seguintes indicadores educacionais:

- média de alunos por turmas;
- média de hora-aula diária;
- taxas de distorção idade-série;
- taxas de rendimento;
- taxas de não resposta – percentual de alunos sem informação de rendimento/movimentação escolar segundo a localização e a dependência administrativa nos níveis de Ensino Fundamental e Ensino Médio;
- percentual de docentes com curso superior;

- adequação da formação docente;
- regularidade do corpo docente;
- esforço docente;
- complexidade de gestão da escola;
- nível socioeconômico;
- taxas de transição – promoção, repetência, evasão e migração para a Educação de Jovens e Adultos (fluxo escolar);
- remuneração média dos docentes;
- indicador de fluxo da Educação Superior.

Algumas fontes de dados como pesquisas, avaliações e exames utilizados para a construção deste indicadores estão disponíveis no portal do INEP para consulta, tais como: Censo da Educação Superior; Censo Escolar; ENADE; ENEM; Prova Brasil; SAEB (ANEB/Prova Brasil) e ANA. A seguir, cada um será melhor esclarecido.

### **1.5.3.1 Censo Escolar**

Historicamente, a preocupação com a coleta de dados sobre a educação com a finalidade de conhecer e divulgar as condições gerais dos diversos níveis de ensino do Brasil, dando atenção a cada estado e Distrito Federal, em determinado ano, originando um documento publicado em 1939 com os dados de 1932. Tal publicação foi denominada *Ensino Brasil*, considerada embrião do que atualmente se conhece por “Sinopses Estatísticas”, de responsabilidade do INEP.

A participação do INEP nessa tarefa de coleta de dados data de 1997, quando passou a ser o órgão oficial responsável pelos levantamentos estatísticos educacionais. Os relatórios anuais dessas coletas, desde 1995, estão disponíveis para consulta no portal do INEP.

Até 2006, a coleta de dados do Censo Escolar era feita por meio de questionário padronizado aplicado diretamente em todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados e o foco principal era a escola. A partir de 2007, o Censo Escolar adota um novo modelo, o Sistema Educacenso, incluindo o aluno e o professor na investigação, além da escola.

O Educacenso é um sistema informatizado de levantamento de dados que utiliza ferramentas da web na coleta, organização, transmissão e destinação dos dados

censitários, mediante o cruzamento de informações de quatro cadastros de dados: escola, turma, aluno e profissional escolar. As escolas, redes (municipais ou estaduais) que dispõem de sistema próprio de coleta de dados, podem migrá-los para o Educacenso – é o caso da rede pública do estado de São Paulo.

O Censo Escolar é regulamentado por instrumentos normativos que instituem a obrigatoriedade, os prazos, os responsáveis e suas atribuições, bem como os procedimentos para a realização de todo o processo de coleta dos dados. Considera-se de significativa relevância o Decreto nº 6.425 de 04 de abril de 2008, que dispõe sobre o censo da educação.

Os dados e informações sobre a Educação Básica coletados por meio do Censo Escolar são utilizados como referência para a formulação de políticas públicas e para a execução de programas, por exemplo, transporte e merenda escolar; distribuição de livros didáticos; implantação de bibliotecas; instalação de energia elétrica; repasse do Programa Dinheiro Direto na Escola e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério; bem como é calculado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB – que será melhor apresentado posteriormente) com base nos dados coletados.

### **1.5.3.2 SAEB**

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), conforme estabelece a Portaria nº 931, de 21 de março de 2005, é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEAB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC).

A ANEB é realizada por amostragem das Redes de Ensino, em cada unidade da Federação, e tem foco nas gestões dos sistemas educacionais. Por manter as mesmas características, a ANEB recebe o nome do SAEB em suas divulgações. A Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEAB) abrange, de maneira amostral, alunos das redes públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados no 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e na 3ª série do Ensino Médio, tendo como principal objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira. Apresenta os resultados do país como um todo, das regiões geográficas e das unidades da federação.

A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC – também denominada “Prova Brasil”), trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5º



ano e 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas. Participam dessa avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo.

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), é uma avaliação censitária envolvendo os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas, com o objetivo principal de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa, alfabetização matemática e condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas. A ANA foi incorporada ao SAEB pela Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013.

A ANEB e a ANRESC/Prova Brasil são realizadas bianualmente, enquanto a ANA é de realização anual.

### **1.5.3.3 ENEM**

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma prova realizada pelo Ministério da Educação do Brasil, criada em 1998. Ela é utilizada para avaliar a qualidade do Ensino Médio no país. Seu resultado serve para acesso ao ensino superior em universidades públicas brasileiras, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), assim como em algumas universidades no exterior.

### **1.5.3.4 ENADE**

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação. O ENADE é obrigatório e a situação de regularidade do estudante no Exame deve constar em seu histórico escolar. A primeira aplicação do ENADE ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento. O objetivo do ENADE é avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Todas as fontes de dados citadas até o momento são vinculadas ao INEP, portanto, são de âmbito nacional. Entretanto, o estado de São Paulo desenvolveu um sistema de avaliação externa próprio: Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP).

#### **1.5.3.5 SARESP**

Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), que é aplicado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, com a finalidade de produzir um diagnóstico da situação da escolaridade básica paulista, visando orientar os gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional.

No Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), os alunos do 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio têm seus conhecimentos avaliados por meio de provas com questões de língua portuguesa, matemática, ciências humanas, ciências da natureza e redação.

Os resultados são utilizados para orientar as ações da Pasta e também integram o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP – que será melhor detalhado posteriormente).

## 2 OS INDICADORES EDUCACIONAIS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Sofia Lerche Vieira, ao discorrer sobre os indicadores da Educação Básica, afirma:

Os indicadores de acesso podem ser examinados a partir da oferta de oportunidades educacionais por níveis e modalidades de ensino. Os indicadores de sucesso são de natureza mais complexa e diversa. Podem ser visualizados através de taxa de aprovação, reprovação, abandono e outras informações coletadas pelo Censo Escolar, juntamente com resultados de desempenho escolar, obtidos através dos sistemas de avaliação existentes no país (VIEIRA, 2009, p. 88).

No que se refere aos indicadores de acesso, constata-se que a distribuição de matrículas na Educação Básica passou por notável crescimento em termos absolutos e aumento significativo da oferta de educação pública, representando importante conquista para aqueles segmentos sociais antes excluídos do acesso à escola. Portanto, o foco recai sobre os indicadores de sucesso.

Dessa forma, considerando as políticas educacionais pautadas nos indicadores de sucesso, ou seja, na qualidade da educação, considera-se como marco histórico a promulgação da Constituição Federal, em 1988. Os programas implementados desde sua promulgação e, principalmente, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, foram marcados pela profunda necessidade de atender à demanda de democratização do acesso à educação e à melhoria da qualidade desta. José Goldemberg, ao analisar a educação no Brasil no início dos anos 1990, constata que o país apresentava enorme desigualdade na distribuição de renda e imensas deficiências no sistema educacional (GOLDEMBERG, 1993).

Tendo isso em vista, os programas das políticas educacionais implementados visam corrigir as deficiências buscando a diminuição da repetência, principalmente nas séries iniciais, garantir a universalização do ensino obrigatório de oito anos, atualmente nove anos, e ampliar o acesso ao Ensino Médio e Superior.

Para Goldemberg: “O estabelecimento de prioridades, entretanto, não cria, por si só, as condições para a execução da política. Esta depende da existência de instrumentos de ação” (GOLDEMBERG, 1993, p. 135). Cabe ressaltar que esse trabalho do autor se trata de um documento elaborado no início dos anos 1990 em colaboração com técnicos e funcionários do MEC com o intuito de traçar um panorama da educação no Brasil na década anterior, anos 1980, podendo, assim, delimitar prioridades para o sistema

educacional. Goldemberg foi Ministro da Educação de 22 de agosto de 1991 a 4 de agosto de 1992.

Retomando as palavras de Goldemberg, a atenção recai sobre os recursos financeiros para o desenvolvimento da educação básica; a formação de professores, acompanhada da melhoria das condições de trabalho; a melhoria da qualidade do ensino, garantindo o acesso e a permanência dos alunos na escola; os programas voltados para a merenda escolar, o transporte de alunos e o fornecimento de livros didáticos; e, a implementação de um sistema de avaliação e de informações educacionais. O objetivo deste trabalho não é aprofundar a análise nos programas e inúmeras ações implementadas nos governos que se sucederam nos últimos 30 anos, pretende-se, pois, manter o foco nos indicadores de qualidade da educação.

Segundo Maria Helena Guimarães de Castro, a implementação de reformas educacionais em um país federativo com descentralização político-institucional requer mecanismos de monitoramento e acompanhamento das ações, para correções e acertos, para assegurar a transparência das informações, disseminar resultados e prestar contas à sociedade (CASTRO, 2000).

Eunice Ribeiro Durham afirma que, até o início dos anos 1990, não havia indicadores que medissem a qualidade do ensino. Foi a partir de 1995, sob a coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que foi implantado um sistema de avaliação e informação educacional. A criação do Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB) foi fundamental como primeira iniciativa de implementação de um sistema de avaliação de proficiência de alunos por amostragem das redes de ensino, tendo como foco as gestões desses sistemas de ensino.

Durham ainda destaca:

Foi apenas com a regularização e aperfeiçoamento do SAEB a partir de 1995 e a inclusão do Brasil na avaliação internacional feita pela OECD (Organization for Economic Co-Operation Development) com o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), ações realizadas pelo governo Fernando Henrique, que tivemos dados objetivos sobre desempenho escolar (DURHAM, 2010, p. 163).

O início do SAEB foi em 1990, com a adesão de apenas 23 estados, ocorrendo por amostragem e sendo aplicado a cada dois anos. Entretanto, a partir de 1995, tornou-se de fato um sistema nacional, passando a abranger os ensinos fundamental e médio, com adesão de todos os estados. Além de verificar o desempenho dos alunos em testes de

rendimento, investigam fatores socioeconômicos e contextuais (escola, gestão escolar e relação professor e aluno) que interferem na aprendizagem.

O sistema de avaliação, a partir de 2005, sofreu alterações em sua estrutura e passou a ser constituído por duas vertentes: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEAB), que mantém as características concebidas originalmente ao SAEB, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), de base censitária, conhecida como Prova Brasil e com resultados para cada unidade da federação, por município e escola.

Apresenta-se com o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar no estabelecimento de metas e implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando a melhoria da qualidade do ensino (SOUZA, 2014, p. 409).

O lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em abril de 2007, estruturado em trinta ações voltadas para todos os níveis da educação, trouxe contribuições significativas e a necessidade de mecanismos para a verificação do cumprimento das metas fixadas. Atendendo a essa demanda, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), combinando o desempenho escolar dos alunos com o fluxo escolar (repetência, evasão e promoção).

## **2.1 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**

O Decreto 6094/07, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, introduz a criação do IDEB:

Art. 3º - A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Parágrafo único. O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso (BRASIL, 2007, on-line).

Este novo indicador reúne em um só número o resultados de dois outros indicadores: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações em larga escala

promovidas pelo INEP. Para Reynaldo Fernandes (2007, p. 16), então presidente do INEP à época, “o indicador proposto possui a vantagem de ser de fácil compreensão, simples de calcular, aplicável às escolas e explícito em relação à ‘taxa de troca’ entre probabilidade de aprovação e proficiência dos estudantes”.

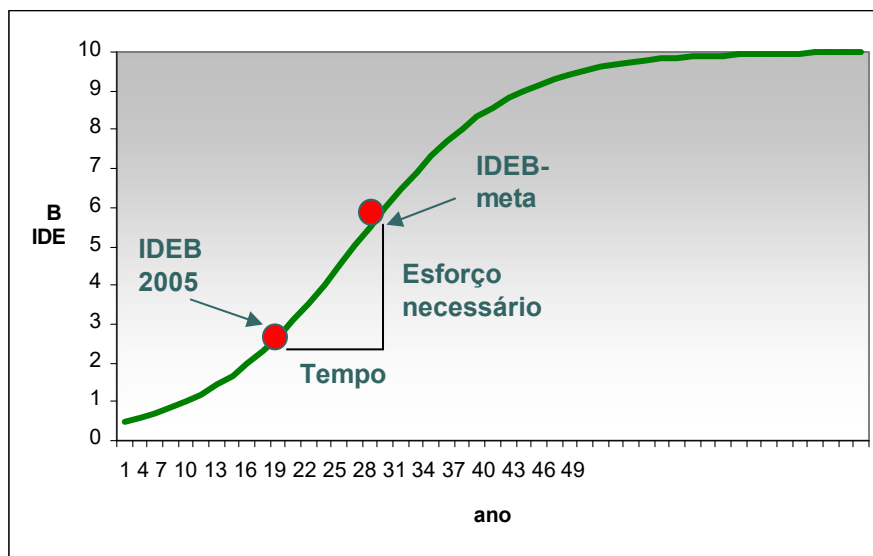
Em consulta ao portal do INEP, sobre para que serve o IDEB, encontra-se a informação de que o índice varia de 0 (zero) a 10 (dez) e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no SAEB ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

De acordo com Alves e Soares (2013), a escala de 0 a 10 do IDEB, similar à de um boletim escolar, e as metas criadas para cada unidade avaliada, facilitou sua rápida aceitação, especialmente na imprensa, entre os formuladores de políticas e gestores educacionais. Nesse sentido, o IDEB possibilita o acompanhamento das metas de qualidade estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Educação, em que se pretende que, em 2022, o IDEB seja 6,0 para os anos iniciais do Ensino Fundamental – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade em comparação com países desenvolvidos. Tal meta foi estabelecida levando-se em conta os resultados obtidos pelos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Cada unidade, rede e escola têm metas diferenciadas e são apresentadas bianualmente. Desse modo, estados, municípios e escolas deverão melhorar seus índices contribuindo para que, no conjunto, o Brasil chegue a 6,0 em 2022. Mesmo quem já tem um bom resultado deve continuar evoluindo e, no caso daqueles com mais dificuldade, as metas preveem um esforço mais concentrado para que melhorem mais rapidamente, diminuindo a desigualdade entre as esferas.

As metas intermediárias para o IDEB são calculadas pelo INEP tendo como base o programa de metas fixadas pelo Compromisso Todos Pela Educação, eixo Plano de Desenvolvimento da Educação para a Educação Básica. Cada sistema deve evoluir segundo pontos de partida distintos, com o objetivo maior de redução da desigualdade educacional.

**Gráfico 2: Comportamento esperado para a trajetória do IDEB ao longo dos anos**



Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/documentos-e-legislacao3>>. Acesso em: 06/06/2018.

Para Reynaldo Fernandes, presidente do INEP em 2007:

O indicador proposto é o resultado da combinação de dois outros indicadores: a) pontuação média dos estudantes nos exames padronizados ao final de determinada etapa do ensino fundamental e do ensino médio; e b) taxa média de aprovação dos estudantes da correspondente etapa de ensino (FERNANDES, 2007, p. 16).

Assim sendo, a fórmula para o cálculo do IDEB é:

$$IDEB_{ji} = N_{ji} P_{ji}; \quad 0 \leq N_j \leq 10; 0 \leq P_j \leq 1 \text{ e } 0 \leq IDEB_j \leq 10$$

Em que:

I = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar;

$N_{ji}$  = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j, obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

$P_{ji}$  = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j.

Sobre a criação do IDEB, Maria Aparecida Azevedo Abreu, ao avaliar a política de educação, considera que:

A criação de um indicador nacional era necessária para que se construísse um sistema de accountability não somente da política federal de educação, mas todos os entes federativos tornando possível a todos os cidadãos acompanhar o desempenho da educação de sua cidade e até mesmo da escola em que seus filhos estão estudando (ABREU, 2010, p. 137).

Ainda de acordo com Abreu (2010, p. 137), “o IDEB constituiu um passo adiante ao Saeb aproveitando as informações contidas nele”. Nos mesmos moldes do IDEB há iniciativas em alguns estados, como é o caso de Amazonas, Distrito Federal, Pernambuco e São Paulo que, neste momento, serão o foco deste estudo.

## **2.2 Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP)**

O estado de São Paulo se destaca por seu desenvolvimento econômico, industrial, tecnológico e pela diversidade cultural, porém, paradoxalmente, tem suas vulnerabilidades, sendo uma delas a educação pública.

Desde a década de 1970, a busca pela ampliação do acesso à educação escolar tem sido foco dos programas e das políticas educacionais e, ao longo dos anos, o número de matrículas cresceu de forma significativa, possibilitando a oferta de atendimento à população em idade escolar. Tal fato possibilitou que o sistema estadual de ensino se tornasse o principal responsável pela oferta de educação em todos os níveis de ensino.

Rose Neubauer da Silva, quando Secretária de Estado da Educação, em São Paulo, na década de 1990, afirmou que:

Os índices de desempenho do sistema mostravam o quanto ele era ineficaz. As perdas por evasão e repetência alcançavam cerca de 30% do total de alunos matriculados na rede implicando grande desperdício financeiro para o Estado. [...] Mas a ineficácia do sistema não se manifestava, apenas, nas elevadas taxas de repetência e evasão. Há de se considerar, ainda, a precária qualidade do ensino recebido por aqueles que conseguiam permanecer no sistema educacional paulista (SILVA, 1997, p. 4).

Cabe ressaltar que a secretaria de educação não contava com instrumentos de avaliação, controle e monitoramento da qualidade da educação, fato que se tornou uma das prioridades da gestão nos anos 1990. Silva (1997) ainda destaca que era necessário estabelecer um sistema de avaliação e monitoramento dos resultados da educação para assegurar a transparência e prestação de contas dos resultados alcançados, para o acompanhamento dos serviços prestados e a fiscalização destes.



Para tanto, entre muitas das ações desencadeadas por meio da Secretaria de Educação no estado, a ênfase, ainda segundo a autora, recairia sobre a construção de uma “Cultura de Avaliação” e sua trajetória. Trajetória esta que teve início em 1992, ocasião em que foram avaliados alunos do Ensino Fundamental de 306 escolas em conteúdo de língua portuguesa (incluindo redação), matemática, ciências, história e geografia. Os resultados das avaliações demonstraram que os alunos apresentavam grandes defasagens de conhecimento.

Em 1994, a amostra foi ampliada para 818 escolas, avaliando alunos de 4ª e 8ª séries em provas de língua portuguesa e redação, além de matemática, cujos resultados mostraram-se insatisfatórios, ratificando os anteriores.

Paralelamente às iniciativas da Secretaria de Educação na construção de uma política de avaliação, houve a adesão desta Secretaria ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Novamente, os resultados corroboraram a conclusão de que o desempenho nas séries e componentes curriculares avaliados estavam aquém do esperado.

Para Rose Neubauer da Silva:

A participação da SEE de São Paulo nessas experiências evidenciou a importância da avaliação educacional enquanto instrumento orientador para as tomadas de decisão que visem a melhoria da qualidade do ensino oferecido pelas escolas. Impôs-se, pois, a necessidade de formular e consolidar uma política de avaliação do sistema educacional do Estado (SILVA, 1997, p. 19).

Em linhas gerais, pode-se inferir que, apesar da adesão da rede estadual paulista ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, pouca relevância foi dada ao fato, uma vez que o sistema próprio da SEE de avaliação obteve maior destaque e impacto nos encaminhamentos do sistema de educação. As palavras da autora referendam a postura adotada no estado de São Paulo.

Dessa forma, nos anos seguintes, os alunos de algumas séries foram acompanhados em seu rendimento escolar por meio da avaliação externa. Assim, em 1996, foram avaliados alunos matriculados na 3ª e na 7ª séries do Ensino Fundamental; em 1997, alunos matriculados na 4ª e na 8ª séries, além dos alunos da 3ª série do Ensino Médio; e, em 1998, alunos matriculados na 5ª série do Ensino Fundamental e alunos na 1ª série do Ensino Médio.

Além dos testes referentes aos componentes curriculares objeto da avaliação, os alunos respondiam a um questionário sobre sua vivência, contexto socioeconômico e

hábitos de estudo. Outro instrumento semelhante era destinado à equipe escolar, abordando aspectos relativos ao funcionamento da escola, ao planejamento e à capacitação docente. O objetivo era, por meio desses instrumentos, verificar como os diferentes fatores ligados tanto aos alunos como à organização interna da escola interferiam no rendimento escolar.

Tal sistema de avaliação em larga escala foi denominado SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) e se mantém em vigor até a atualidade. Entretanto, de 1996 até 2016, sofreu várias alterações em sua estrutura e procedimentos, bem como no seu uso, fato que inviabiliza o estudo de caráter longitudinal. Acrescenta-se a isso o fato de que, nos anos de 1999 e 2006, não houve aplicação dos testes e, em 2001, contrariando a proposta inicial, os resultados foram utilizados para determinar a aprovação ou reprovação de alunos, sobrepondo-se à autonomia das escolas quanto às decisões referentes ao desempenho destes.

A novidade na avaliação aplicada em 2007 diz respeito à equiparação do SARESP ao SAEB, acompanhando a escola deste último, adequando as habilidades avaliadas no primeiro às avaliadas no segundo. Além disso, o SARESP 2007 passou a ser termômetro para a implantação do plano de metas da Secretaria de Educação.

Seguindo nesta linha, em maio de 2008 foi lançado, pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, o Programa Qualidade da Escola com o objetivo de promover a melhoria da qualidade e equidade do sistema de ensino na rede estadual. Para tanto foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP), sendo um indicador que mede a qualidade das escolas combinando o desempenho dos alunos nos exames de proficiência do SARESP com o fluxo escolar (aprovação, reprovação e evasão). O IDESP é calculado para cada etapa da escolarização a partir da fórmula:

$$\mathbf{IDESP_S = ID_S * IF_S}$$

Em que:

$ID_S$  = indicador de desempenho da série S;

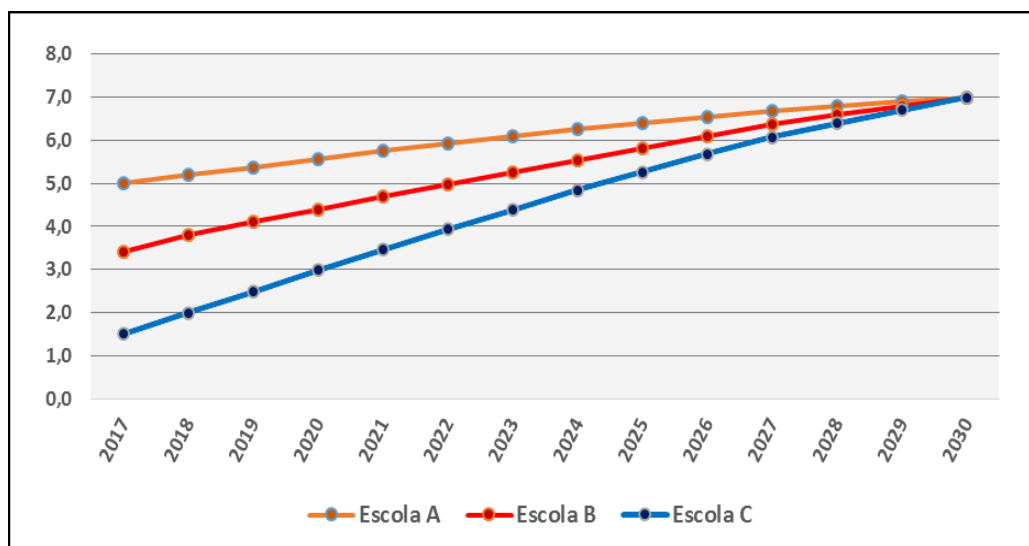
$IF_S$  = indicador de fluxo da série S;

S = 5º ano do EF, 9º ano do EF ou 3ª série do EM.

Semelhante ao IDEB, o IDESP avalia a qualidade do ensino em cada escola da rede estadual paulista, permitindo que esta acompanhe sua evolução e apontando suas

fragilidades, permitindo a organização do trabalho em seu interior, objetivando a melhora constante. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal, o Programa de Qualidade das Escolas (PQE) do Governo do Estado de São Paulo e o movimento Compromisso Todos Pela Educação (TPE) somam esforços na busca para atender à demanda da qualidade da educação.

**Gráfico 3: Comportamento esperado para a trajetória do IDESP ao longo dos anos**



Fonte: Programa de Qualidade da Escola. Disponível em: <<http://idesp.edunet.sp.gov.br>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

Como se observa no gráfico, a previsão de metas de longo prazo está estabelecida na seguinte conformidade:

**Quadro 1: Metas de longo prazo – IDESP (2030)**

	5º ANO EF	9º ANO EF	3ª SÉRIE EM
META 2030	7,0	6,0	5,0

Fonte: Programa de Qualidade da Escola. Disponível em: <<http://idesp.edunet.sp.gov.br>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

Com as metas de longo prazo, assim como o IDEB, pretende-se atingir os índices comparáveis aos dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que são os mais bem classificados do mundo em termos de qualidade da educação. Desse modo, cada escola possui metas intermediárias anuais, diferindo do IDEB em que as metas são bienais.

De acordo com a Nota Técnica: Programa de Qualidade da Escola:

O Idesp é um indicador que avalia a qualidade da escola. Nesta avaliação considera-se que uma boa escola é aquela em que a maior parte dos alunos apreende as competências e habilidades requeridas para a sua série/ano, num período de tempo igual – ano letivo. Por esse motivo, o Idesp é composto por dois critérios: o desempenho dos alunos nos exames de proficiência do SARESP (o quanto aprendem) e o fluxo escolar (em quanto tempo aprendem) (SEE, 2016, p. 1).

Considerando que tanto o IDEB quanto o IDESP são indicadores que possibilitam o monitoramento, a avaliação e o controle da qualidade da educação, bem como a colaboração para o encaminhamento de ações voltadas para a melhoria da qualidade, é necessário verificar a forma como as escolas redimensionam suas práticas pedagógicas a partir desses indicadores.

### 3 INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NA PRÁTICA ESCOLAR

Retomando o objetivo principal deste trabalho que diz respeito à investigação e à análise de como as equipes escolares da rede estadual paulista, de Ensino Fundamental e Médio, do município de Araraquara organizam seus trabalhos a partir dos indicadores de qualidade da educação, IDEB e IDESP, buscando responder ao problema de pesquisa inicial, tornou-se necessário o levantamento de dados com os profissionais das escolas.

Para tanto, foi aplicado questionário composto de vinte questões fechadas pautadas nos objetivos específicos desta pesquisa, sendo complementado por entrevistas com os gestores e os professores das escolas participantes que compõem o campo empírico deste estudo. Os dados coletados foram organizados em gráficos e quadros para um melhor reconhecimento da realidade. Segundo Creswell,

Em algumas formas de coletas de dados, coleta-se tanto dados quantitativos como qualitativos. Os instrumentos de coleta de dados podem ser aumentados com observações abertas, ou os dados censitários podem ser seguidos por entrevistas exploratórias em profundidade (CRESWELL, 2007, p. 34).

Nesse sentido, a análise e a interpretação dos dados coletados foram realizadas na perspectiva da pesquisa qualitativa referendada pelos estudos de Bardin (2011) e Creswell (2007), sem perder de vista o referencial teórico estudado e os objetivos aqui propostos.

#### 3.1 Contextualizando a pesquisa

Para esta pesquisa foram selecionadas, aleatoriamente, cinco escolas da rede estadual de ensino, lotadas no município de Araraquara e pertencentes à Diretoria de Ensino – Região de Araraquara. Essas escolas serão denominadas de escola “A”, “B”, “C”, “D” e “E”, preservando o sigilo de suas identidades.

A Diretoria de Ensino – Região de Araraquara conta atualmente com 59 escolas distribuídas em 10 municípios, destacados no mapa a seguir, concentrando o maior número de escolas nos municípios de Araraquara e Matão (Quadros 2 e 3).

**Figura 2: Área de jurisdição da Diretoria de Ensino – Região de Araraquara**



Fonte: Diretoria de Ensino – Região de Araraquara. Disponível em: <https://deararaquara.educacao.sp.gov.br>. Acesso em: 06 jun. 2018.

**Quadro 2: Escolas da Diretoria de Ensino de Araraquara e seus níveis de ensino**

Anos iniciais EF	Anos finais EF	Anos iniciais e anos finais EF	Anos finais EF e EM	EM	EF e EM
17	2	2	27	10	1

Fonte: Diretoria de Ensino – Região de Araraquara. Disponível em: <https://deararaquara.educacao.sp.gov.br>. Acesso em: 07 jun. 2018.

**Quadro 3: Distribuição das escolas por município e níveis de ensino**

Município	Anos iniciais EF	Anos finais EF	Anos iniciais e anos finais EF	Anos finais EF e EM	EM	EF e EM
Araraquara	10	1	1	16	3	1
Matão	7	1	1	5	3	
Américo Brasiliense				3		
Gavião Peixoto				1		
Santa Lúcia				1		
Rincão				1		

Motuca					1	
Nova Europa					1	
Trabiju					1	
Boa Esperança do Sul					1	

Fonte: Diretoria de Ensino – Região de Araraquara. Disponível em: <<https://deararaquara.educacao.sp.gov.br>>. Acesso em 07/06/2018.

A seleção das escolas participantes desta pesquisa foi dentre as que atendiam alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio no município de Araraquara. Portanto, são cinco escolas com essas características.

Considerando as informações disponíveis no Censo Escolar, as cinco escolas se assemelham quanto à infraestrutura, pois todas são providas de água, energia e esgoto da rede pública, coleta de lixo periódica e água filtrada. Quanto aos equipamentos, também se assemelham, todas dispõem de computadores para uso administrativo, computadores para uso de alunos, aparelhos de TV e DVD, impressoras, aparelhos de som, projetores de multimídias (*data show*) e câmeras fotográficas/filmadoras. As escolas também oferecem alimentação escolar para os alunos, além do transporte escolar em parceria com o município.

No tocante às dependências, elas apresentam: quadra de esporte coberta, laboratório de informática, sala de leitura, banheiros, banheiros adaptados, pátio coberto, salas para trio gestor, secretaria, sala de professores, cozinha, despensa, depósitos e salas de aulas, diferindo a quantidade de escola para escola.

#### **Quadro 4: Quantidade de salas de aula por escola participante**

<b>Escola A</b>	<b>Escola B</b>	<b>Escola C</b>	<b>Escola D</b>	<b>Escola E</b>
10	10	16	7	12

Fonte: Elaborado pela autora.

Em se tratando da clientela atendida por essas escolas, de acordo com os dados coletados a partir do questionário que os alunos respondem na Prova Brasil, o nível socioeconômico predominante nas escolas A, B, C e E é o nível IV, enquanto que na escola D é o nível V, conforme classificação dada pelo INEP.

**Quadro 5: Descrição do nível socioeconômico dos alunos – INEP**

Descrição
<p><b>Nível I – Até 30:</b> este é o menor nível da escala e os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como uma televisão em cores, uma geladeira, um telefone celular, até dois quartos no domicílio e um banheiro; não contratam empregada mensalista e nem diarista; a renda familiar mensal é de até 1 salário mínimo; e seus pais ou responsáveis possuem ensino fundamental completo ou estão cursando esse nível de ensino.</p>
<p><b>Nível II – (30;40]:</b> neste, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como uma televisão em cores, um rádio, uma geladeira, um telefone celular, dois quartos e um banheiro; bem complementar, como videocassete ou DVD; não contratam empregada mensalista e nem diarista; a renda familiar mensal é de até 1 salário mínimo; e seus pais ou responsáveis possuem ensino fundamental completo ou estão cursando esse nível de ensino.</p>
<p><b>Nível III – (40;50]:</b> neste, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como uma televisão em cores, um rádio, uma geladeira, um telefone celular, dois quartos e um banheiro; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas, computador e possuem acesso à <i>internet</i>; não contratam empregada mensalista ou diarista; a renda familiar mensal está entre 1 e 1,5 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) possuem ensino fundamental completo ou estão cursando esse nível de ensino.</p>
<p><b>Nível IV – (50;60]:</b> já neste nível, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como um rádio, uma geladeira, dois telefones celulares, até dois quartos e um banheiro e, agora, duas ou mais televisões em cores; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas, computador e possuem acesso à <i>internet</i>; bens suplementares, como freezer, um ou mais telefones fixos e um carro; não contratam empregada mensalista ou diarista; a renda familiar mensal está entre 1,5 e 5 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) possuem ensino fundamental completo ou estão cursando esse nível de ensino.</p>
<p><b>Nível V (60;70]:</b> neste, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo maior de bens elementares como três quartos e dois banheiros; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas, computador e acesso à <i>internet</i>; bens suplementares, como freezer, um ou mais telefones fixos, um carro, além de uma TV por assinatura e um aspirador de pó; não contratam empregada mensalista ou diarista; a renda familiar mensal é maior, pois está entre 5 e 7 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram o ensino médio.</p>



**Nível VI (70;80):** neste nível, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo alto de bens elementares como três quartos e três banheiros; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas, computador e acesso à *internet*; bens suplementares, como freezer, telefones fixos, uma TV por assinatura, um aspirador de pó e, agora, dois carros; não contratam empregada mensalista ou diarista; a renda familiar está acima de 7 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram a faculdade e/ou podem ter concluído ou não um curso de pós-graduação.

**Nível VII – Acima de 80:** este é o maior nível da escala e os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo alto de bens elementares, como duas ou mais geladeiras e três ou mais televisões em cores, por exemplo; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas, computador e acesso à *internet*; maior quantidade de bens suplementares, tal como três ou mais carros e TV por assinatura; contratam, também, empregada mensalista ou diarista até duas vezes por semana; a renda familiar mensal é alta, pois está acima de 7 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram a faculdade e/ou podem ter concluído ou não um curso de pós-graduação.

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/informacoes\\_estatisticas/indicadores\\_educacionais](http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais)>. Acesso em: 07 jun. 2018.

Retomando o foco nos indicadores de qualidade da educação, neste momento, após breve caracterização das escolas envolvidas nesta pesquisa, apresenta-se o IDEB e as metas do estado de São Paulo e do município de Araraquara e depois o indicador de cada escola. O mesmo será feito em relação ao IDESP, inicialmente do estado de São Paulo, a seguir da Diretoria de Ensino de Araraquara e por fim os indicadores e as metas das escolas. É importante salientar que em relação ao IDESP é calculado um indicador para o Ensino Fundamental (EF) e outro para o Ensino Médio (EM), diferente do IDESB que é um indicador apenas.

#### Quadro 6: IDEB e metas do estado de São Paulo

	2007		2009		2011		2013		2015		2017	
	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb
9º ano EF	3,80	4,00	4,00	4,30	4,20	4,30	4,60	4,40	5,00	4,70	5,30	4,80
3ª série EM	3,30	3,40	3,40	3,60	3,60	3,90	3,90	3,70	4,20	3,90	4,60	3,80

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado>>. Acesso em: 14 jan. 2019

Os resultados do IDEB, no estado de São Paulo, como pode ser verificado no quadro anterior, não foram satisfatórios em termos de cumprimento de meta, pois em todos os anos aferidos, a meta não foi superada. Conclui-se que houve retrocesso, uma vez que o IDEB de 2015 é equivalente à meta de 2007.

**Quadro 7: IDESP e metas do estado de São Paulo**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
9º ano EF	2,54	2,60	2,84	2,52	2,57	2,50	2,50	2,62	3,06	2,93	3,21
3ª série EM	1,41	1,95	1,98	1,81	1,78	1,91	1,83	1,93	2,25	2,30	2,36

Fonte: Programa de Qualidade da Escola. Disponível em: <<http://idesp.edunet.sp.gov.br>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

Em relação ao IDESP, constata-se que os resultados oscilam e variam muito ao longo dos anos. Por exemplo, no Ensino Fundamental, houve melhora nos anos de 2008, 2009, 2011, 2014, 2015 e 2017. Já no Ensino Médio, houve melhora nos anos de 2008, 2009, 2012, 2014, 2015, 2016 e 2017. Entretanto, o indicador de 2014 é inferior ao de 2008. Nos últimos quatro anos, tem havido uma melhora nos indicadores do Ensino Médio e o mesmo acontece no Ensino Fundamental, apesar da queda em 2016.

**Quadro 8: IDEB e metas do município de Araraquara**

2007		2009		2011		2013		2015		2017	
Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb
4,9	4,60	5,00	4,70	5,30	4,60	5,60	4,60	6,00	4,90	6,20	5,00

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado>>. Acesso em 07 jun. 2018.

Considerando o IDEB apurado para o município de Araraquara em comparação às metas propostas, constata-se que houve superação da meta nos três primeiros biênios e, apesar do indicador ser melhor do que o anterior, em 2013 e 2015 não atingiu a meta proposta. Esse resultado é um pouco mais positivo que o do estado, pois não apresentou oscilações como naquele caso.

**Quadro 9: IDESP e metas da Diretoria de Ensino de Araraquara**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
9º ano EF	3,11	3,04	3,18	2,79	2,85	2,74	2,63	2,78	3,35	3,08	3,61
3ª série EM	1,64	2,22	2,16	1,83	1,92	1,96	1,92	2,17	2,60	2,53	2,75

Fonte: Programa de Qualidade da Escola. Disponível em: <<http://idesp.edunet.sp.gov.br>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

Sobre o IDESP da Diretoria de Ensino, constata-se que os indicadores, tanto do Ensino Fundamental como do Ensino Médio, variam muito ano a ano, apresentando resultados mais expressivos nos anos de 2015 e de 2017.

Como o objetivo desta pesquisa não diz respeito à análise desses indicadores, a partir das causas que levaram às suas oscilações, não será realizada uma análise mais aprofundada deles. A apresentação desses indicadores tem o objetivo de contextualizar e delimitar o cenário em que se inserem as escolas participantes deste trabalho.

Seguindo essa perspectiva, o quadro a seguir apresenta o IDEB e a meta proposta para cada uma das escolas nos anos de referência. É importante salientar que a escola E começou a funcionar em 2010, portanto, não constam registros de indicadores nos anos anteriores.

**Quadro 10: IDEB e metas das escolas participantes**

Escola	2007	2009		2011		2013		2015		2017	
	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb
A	4,00	4,10	4,20	4,30	4,50	4,70	4,40	5,00	4,20	5,30	*
B	4,50	4,60	4,10	4,80	3,80	5,10	4,30	5,40	4,60	5,70	5,1
C	4,30	4,40	4,60	4,60	3,80	4,90	4,50	5,30	5,10	5,50	*
D	5,60	5,70	5,30	5,90	5,50	6,20	5,00	6,40	5,30	6,60	5,6
E					4,00	4,20	4,30	4,50	4,10	4,70	*

\* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

Os destaques na cor verde sinalizam os resultados em que a meta foi superada. Constata-se que foram poucas as vezes e, principalmente, nos anos iniciais da aferição. É importante salientar que as metas do IDEB estão projetadas e tornadas públicas até o ano de 2021, diferentemente do IDESP, em que a meta é definida com base no resultado anterior.

Os dados da escola **A** demonstram uma evolução nas duas primeiras etapas, porém, a partir de 2013, houve um retrocesso, por exemplo: em 2015, ela alcançou o mesmo índice de 2009 (4,2). Por outro lado, na escola **B**, verificamos que não houve sucesso em superar a meta em todas as etapas aferidas e, apesar deste revés, nas últimas edições houve evolução dos índices. Em relação à escola **C**, somente em 2009 os resultados foram bem-sucedidos, superando a meta prevista. Em 2011, houve um retrocesso significativo, apresentando resultado inferior ao de 2007. Nas edições seguintes, apesar de não superar a meta, houve evolução dos resultados. Na escola **D**, verifica-se que o IDEB inicial, em 2007, era o mais alto comparado ao das outras escolas, porém este resultado não foi superado nas edições seguintes, além de não superar a meta em cada etapa.

Quanto à escola **E**, como foi esclarecido anteriormente, ela foi inaugurada em 2010, portanto, não constam registros desde 2007 como as demais. Nos anos aferidos, verifica-se que houve variação do resultado e a meta foi superada apenas em uma das etapas.

Já o IDESP dessas escolas, será apresentado a seguir em dois quadros distintos, sendo um com os dados do Ensino Fundamental e o outro com os do Ensino Médio, para facilitar a visualização do indicador em cada segmento desde 2007.

**Quadro 11: IDESP e metas das escolas de Ensino Fundamental**

		<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>
2007	Idesp	2,59	3,15	2,42	4,46	*
2008	Meta	2,71	3,26	2,55	4,53	*
	Idesp	2,54	2,49	2,49	4,14	*
2009	Meta	2,67	2,62	2,62	4,22	*
	Idesp	2,82	2,59	3,12	4,07	*
2010	Meta	2,95	2,73	3,24	4,16	*
	Idesp	2,45	2,34	2,64	3,19	2,31
2011	Meta	2,64	2,53	2,83	3,37	2,50
	Idesp	2,91	2,16	1,90	3,19	2,73
2012	Meta	3,10	2,36	2,09	3,38	2,92
	Idesp	2,65	2,43	2,47	3,51	2,09
2013	Meta	2,78	2,57	2,61	3,62	2,23
	Idesp	2,32	3,03	3,10	2,92	2,05

2014	Meta	2,49	3,19	3,25	3,08	2,22
	Idesp	1,88	2,62	2,40	2,89	1,86
2015	Meta	2,06	2,80	2,58	3,06	2,04
	Idesp	2,67	2,87	3,87	3,25	2,49
2016	Meta	2,86	3,05	4,01	3,42	2,68
	Idesp	2,53	3,60	3,06	3,50	1,89
2017	Meta	2,75	3,78	3,26	3,68	2,12
	Idesp	2,84	3,74	2,11	4,09	2,47
2018	Meta	3,07	3,92	2,36	4,25	2,71

Fonte: Programa de Qualidade da Escola. Disponível em: <<http://idesp.edunet.sp.gov.br>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

Os destaques na cor verde têm por objetivo salientar os anos em que cada escola obteve sucesso em seus resultados, superando a meta estimada. Consta-se que em 2015 as cinco escolas foram bem-sucedidas, pois o IDESP de cada uma delas demonstra que houve êxito no cumprimento da meta. Entretanto, os dados apresentados no quadro anterior sinalizam vários momentos de oscilação nos resultados. Como exemplo, cita-se a situação da escola **D**, que, apesar de apresentar indicadores mais elevados em relação às outras escolas, nem sempre é bem-sucedida em termos de cumprimento das metas estabelecidas. Por outro lado, os indicadores das demais escolas se apresentam inconstantes de um ano para outro.

Nesse caso, seriam necessários estudos mais aprofundados para que se pudesse determinar as causas das variações apresentadas, pois, apenas pelos indicadores, isso não é possível, mesmo porque esta não é uma das funções deles.

#### Quadro 12: IDESP e metas das escolas de Ensino Médio

		<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>
2007	Idesp	1,82	*	1,67	*	*
2008	Meta	1,92	*	1,77	*	*
	Idesp	1,52	1,57	1,56	2,78	*
2009	Meta	1,63	1,67	1,66	2,87	*
	Idesp	2,20	2,03	1,74	3,44	*
2010	Meta	2,31	2,14	1,85	3,51	*
	Idesp	1,44	1,22	1,51	3,03	0,97
2011	Meta	1,61	1,38	1,68	3,21	1,11

	Idesp	1,63	1,56	1,36	3,52	1,26
2012	Meta	1,82	1,74	1,54	3,70	1,43
	Idesp	1,85	1,52	1,74	2,98	2,12
2013	Meta	1,96	1,63	1,85	3,07	2,23
	Idesp	1,33	2,31	1,79	2,71	1,69
2014	Meta	1,46	2,44	1,93	2,83	1,83
	Idesp	1,29	2,35	2,82	2,47	1,62
2015	Meta	1,43	2,49	2,94	2,60	1,76
	Idesp	1,61	3,05	2,91	3,05	1,57
2016	Meta	1,76	3,17	3,03	3,17	1,72
	Idesp	1,68	3,30	3,14	3,90	1,59
2017	Meta	1,86	3,42	3,27	3,98	1,77
	Idesp	1,93	2,89	1,43	2,35	1,42
2018	Meta	2,12	3,05	1,62	2,53	1,61

Fonte: Programa de Qualidade da Escola. Disponível em: <<http://idesp.edunet.sp.gov.br>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

Nas escolas **B** e **D** não era oferecido Ensino Médio no ano de 2007, portanto, não há registro de metas para o ano seguinte (2008). Mais uma vez, esclarece-se que a escola **E** foi inaugurada em 2010, logo, não há registros de indicadores e metas em anos anteriores.

Os destaques na cor verde ressaltam os resultados positivos em que as metas foram superadas. Nota-se que, em 2009, as escolas que ofereciam este nível de ensino apresentaram resultados expressivos, superando as metas propostas; inclusive, é o melhor resultado da escola **A** nos anos aferidos.

Por outro lado, os resultados da escola **C**, em 2017, foram inferiores ao IDESP inicial em 2007. Verifica-se que, na escola, os resultados oscilaram muito, sendo que no período compreendido entre 2012 e 2016 houve uma melhora expressiva com um retrocesso preocupante em 2017.

A escola **D** também apresenta um resultado, em 2017, inferior ao início em 2008, ano em que se registra o primeiro IDESP para este nível de ensino.

As escolas **A** e **B**, em cinco momentos, apresentam resultados positivos com superação das metas estabelecidas, enquanto as escolas **C** e **D** os apresentam em quatro momentos, e a escola **E**, apenas em dois momentos.

Os indicadores aqui apresentados provocam muitas análises e investigações, entretanto, não é o foco deste estudo e, portanto, não serão aprofundados neste momento.

### 3.2 Interpretando os dados dos questionários

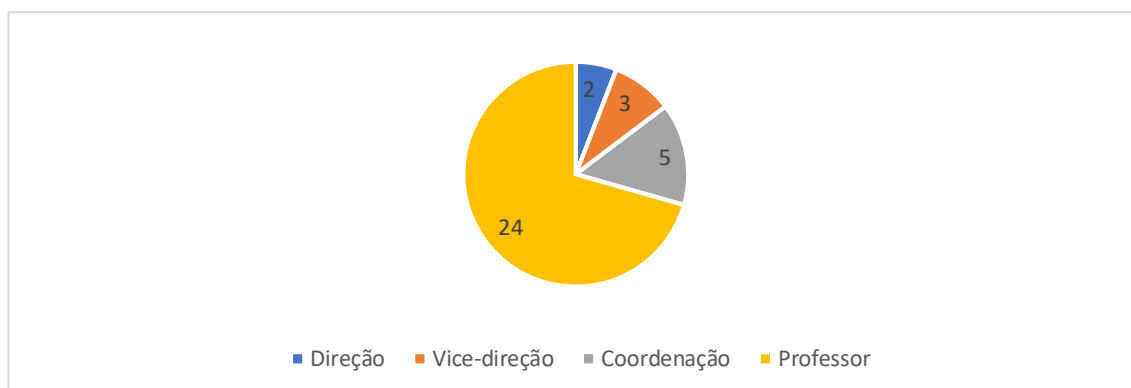
Reiterando o exposto anteriormente, o questionário foi elaborado com vinte questões de múltipla escolha (Apêndice A) e entregue aos participantes. O gráfico 3 representa os profissionais envolvidos, bem como as funções ou cargos que desempenham (questão nº 4).

Inicialmente, foram convidados quarenta professores e dez gestores por meio dos seguintes procedimentos:

- apresentação pessoal da pesquisadora;
- breve explanação dos objetivos da pesquisa;
- apresentação do Termo de Consentimento Livre (Apêndice D), garantindo o sigilo e anonimato do participante.

A devolução do material garantiu as participações representadas a seguir. Cumpre esclarecer que as primeiras questões visavam coletar dados relativos à identificação e às características dos profissionais, não havendo preocupação com muitas informações dessa natureza, por se considerar que não eram relevantes ao que se propõe.

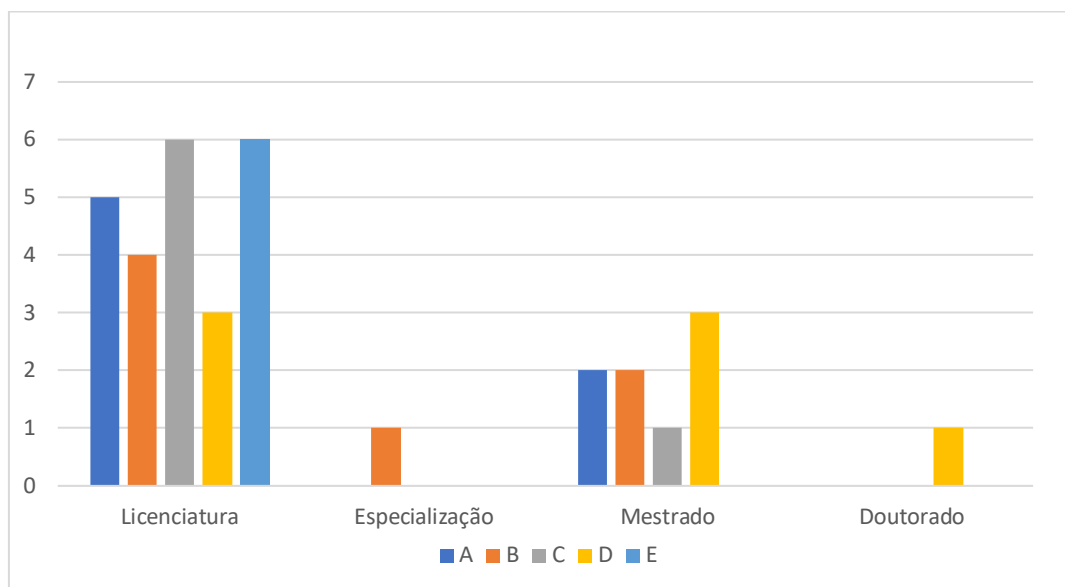
**Gráfico 4: Profissionais participantes da pesquisa**



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à formação acadêmica dos profissionais participantes, verifica-se que todos são graduados em nível superior e 29% dos profissionais são pós-graduados (gráfico 5).

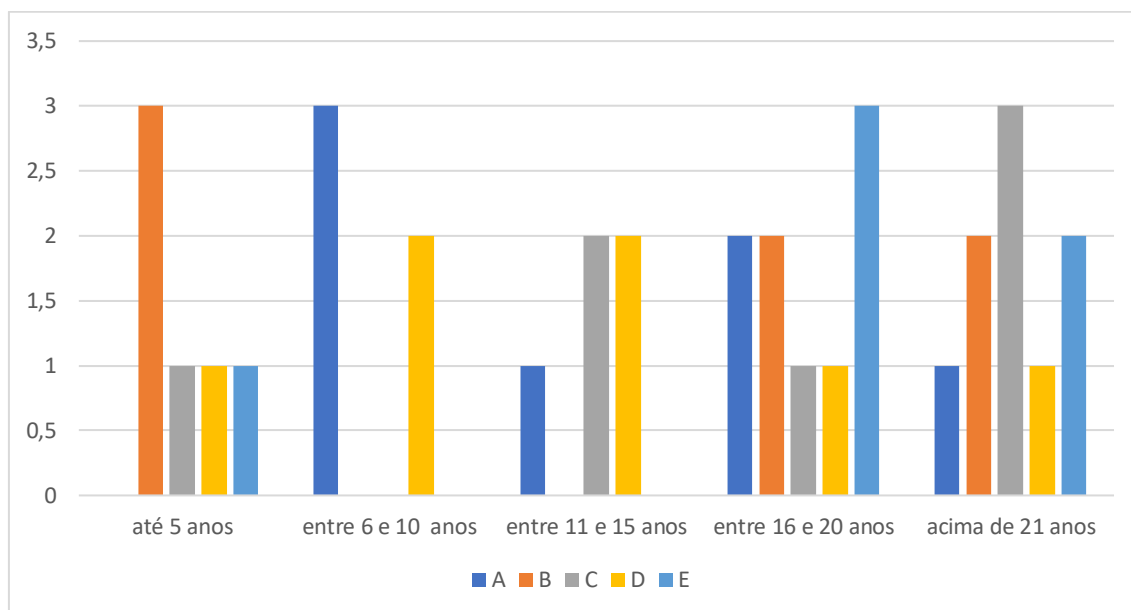
**Gráfico 5: Formação acadêmica dos profissionais participantes**



Fonte: elaborado pela autora.

O próximo gráfico representa o tempo de serviço no magistério público dos profissionais. Verifica-se que são bem variados, por essa razão, é difícil inferir se esse fato é determinante para as respostas dadas às demais questões.

**Gráfico 6: Tempo de serviço no magistério público**

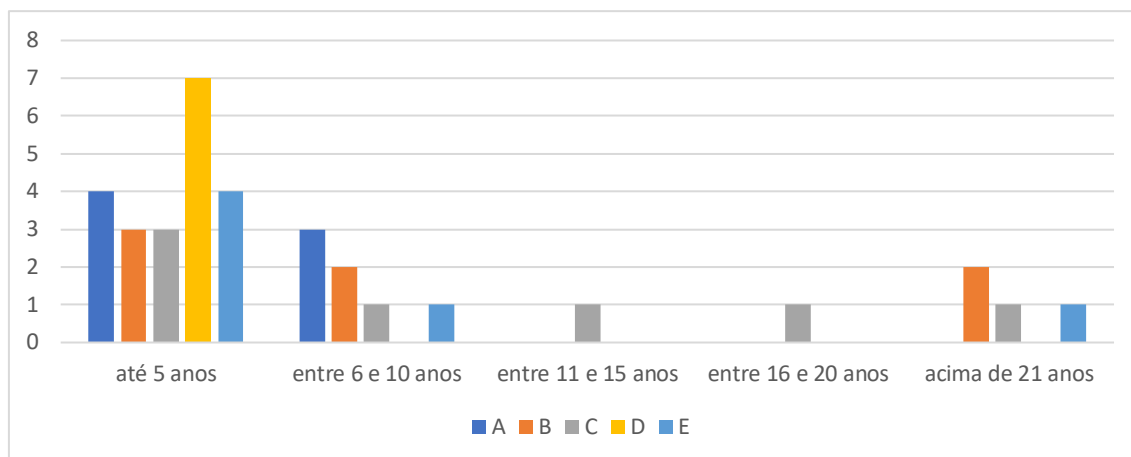


Fonte: Elaborado pela autora.



Quanto ao tempo de atuação nas escolas selecionadas (gráfico 7), constata-se que a maioria dos profissionais trabalha na mesma escola há um período inferior a cinco anos. Na escola C, verifica-se a maior diversidade em relação à permanência do profissional na unidade escolar, contemplando todos os períodos. Contudo, o levantamento dos dados no grupo de participantes desconsiderou a volatilidade e o absenteísmo desses profissionais em relação à atuação na escola.

**Gráfico 7: Tempo de atuação dos profissionais nas escolas**



Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nas respostas às questões de números 5 e 6 (gráfico 8), verifica-se que os participantes reconhecem, com maior ênfase, os indicadores dos últimos anos, provavelmente porque a maioria atua na escola apenas nesses anos.

Outro fator preponderante, considerando as respostas aferidas, diz respeito ao documento elaborado pelos profissionais da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica – CGEB, vinculada à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, intitulado *Com os pés em 2016 e o olhar em 2017*, para orientar o planejamento nas escolas. O documento apresenta, em seu sumário:

- a. Preparando a escola;
- b. Ferramentas para análise dos resultados;
- c. Elaboração do Plano de Ações;
- d. Acompanhamento e monitoramento das ações.

Ou seja, apresenta orientações para as equipes escolares adequarem as discussões tomando por base os indicadores, os quais, por sua vez, traduzem os resultados do fluxo

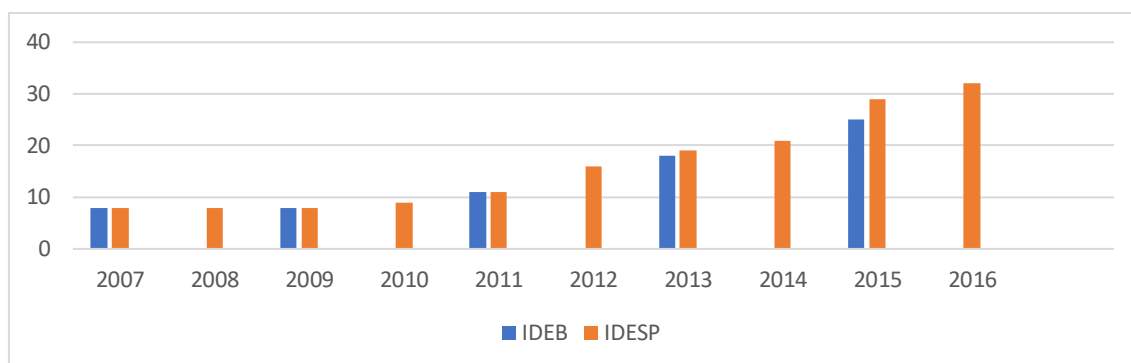
escolar e do desempenho nas avaliações externas. Esses indicadores, por si só, não apontam caminhos, soluções ou intervenções, porém concorrem para a reflexão e a elaboração de um plano de ação.

Em consulta ao documento, depara-se com orientações para as equipes escolares, tais como:

Para analisar os dados é importante refletir sobre alguns pontos: Quais informações os indicadores representam? Todos compreendem essas informações (professores, pais, alunos e funcionários)? O que elas podem nos dizer sobre o trabalho realizado? Nossos alunos estão de fato aprendendo e progredindo no ritmo esperado? Por que alguns se saíram bem e outros não? Quais elementos da avaliação da aprendizagem realizada pelos professores nos permitem entender melhor os resultados das avaliações externas? [...] (CGEB, 2016, p. 5).

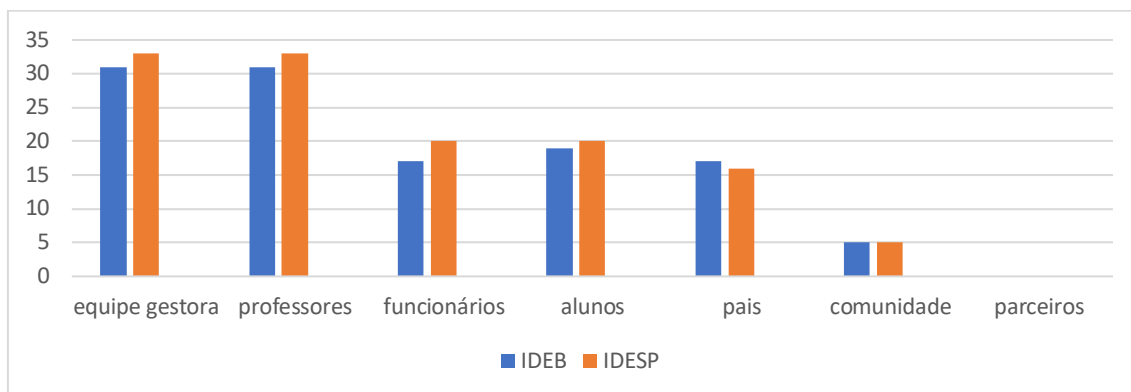
Nesse sentido, se as equipes escolares basearam seus trabalhos de planejamento a partir das discussões desses pontos, houve a necessidade de focarem os últimos indicadores.

**Gráfico 8: Reconhecimento dos indicadores ano a ano pelos profissionais**



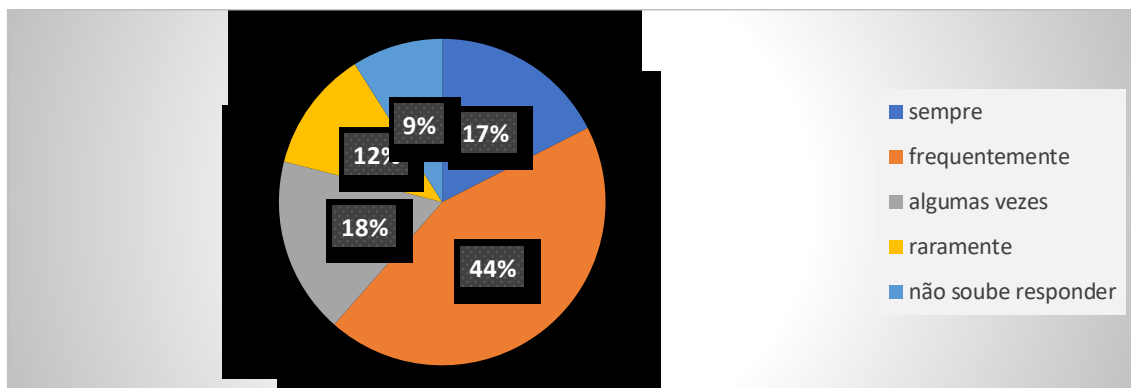
Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à percepção dos participantes sobre quem conhece os indicadores IDEB e IDESP da escola (gráfico 9), verifica-se que a ênfase maior recai sobre a equipe gestora e os professores, diminuindo gradativamente em relação aos demais segmentos. Seria necessário uma outra investigação para poder determinar se esses profissionais consideram ser irrelevante os demais segmentos terem acesso aos indicadores de qualidade da escola.

**Gráfico 9: Percepção sobre quem conhece os indicadores da escola**

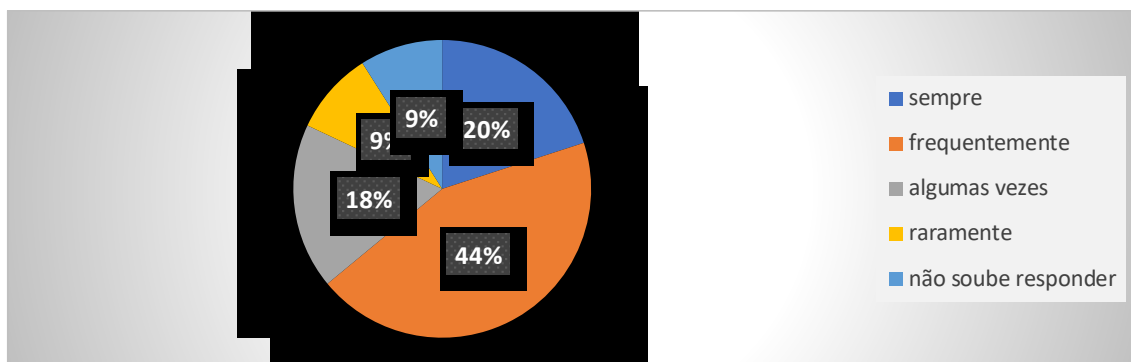
Fonte: Elaborado pela autora.

Os gráficos a seguir (gráficos 10 e 11) representam os dados cotejados a partir das respostas às questões de números 9 e 12. Verifica-se que os participantes reconhecem a importância dos indicadores IDEB e IDESP para a melhoria da qualidade da escola. Cerca de 61% destes valorizaram, de forma expressiva, a contribuição do IDEB e 64% do IDESP. É pertinente observar que 9% dos participantes, em geral, não souberam responder a essas questões.

**Gráfico 10: Contribuição do IDEB para a melhoria da qualidade da escola**

Fonte: Elaborado pela autora.

**Gráfico 11: Contribuição do IDESP para a melhoria da qualidade da escola**



Fonte: elaborado pela autora.

Apesar de os profissionais reconhecerem a importância dos indicadores, 20% responderam “sempre” e 44% “frequentemente”. Seria importante averiguar se tais respostas são apenas repetição de um discurso padrão, considerando a imposição desses indicadores à rede e a responsabilização dos profissionais diante de resultados insatisfatórios. Entretanto, não é possível, no momento, chegar a conclusões precisas acerca dessas percepções.

É sabido que a Resolução SE nº 52 de 14 de agosto de 2013, que dispõe sobre os perfis, competências e habilidades requeridas dos profissionais da educação da rede estadual de ensino, define, dentre as competências do educador, em geral, sem especificar o cargo ou função, no item destinado ao Sistema de Ensino Público de São Paulo: Educação Básica:

[...]

f) Conhecer e interpretar adequadamente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e o Índice de Desenvolvimento Educacional de São Paulo – IDESP, como se constroem, para que servem e o que significam para a educação escolar brasileira e paulista (SÃO PAULO, 2013, on-line).

Porém, quando discorre sobre o perfil do docente e suas competências, no mesmo item, Sistema de Ensino Público de São Paulo: Educação Básica, os indicadores não são mencionados:

[...]

2.1.1 Sistema de Ensino Público de São Paulo: Educação Básica  
a) Conhecer formas de atuação docente, situações didáticas e seus elementos constitutivos para adequá-los à aprendizagem do aluno no que se refere aos conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais, conforme os contextos locais, das políticas e do currículo da Secretaria

de Estado da Educação de São Paulo, nas dimensões sala de aula e escola.

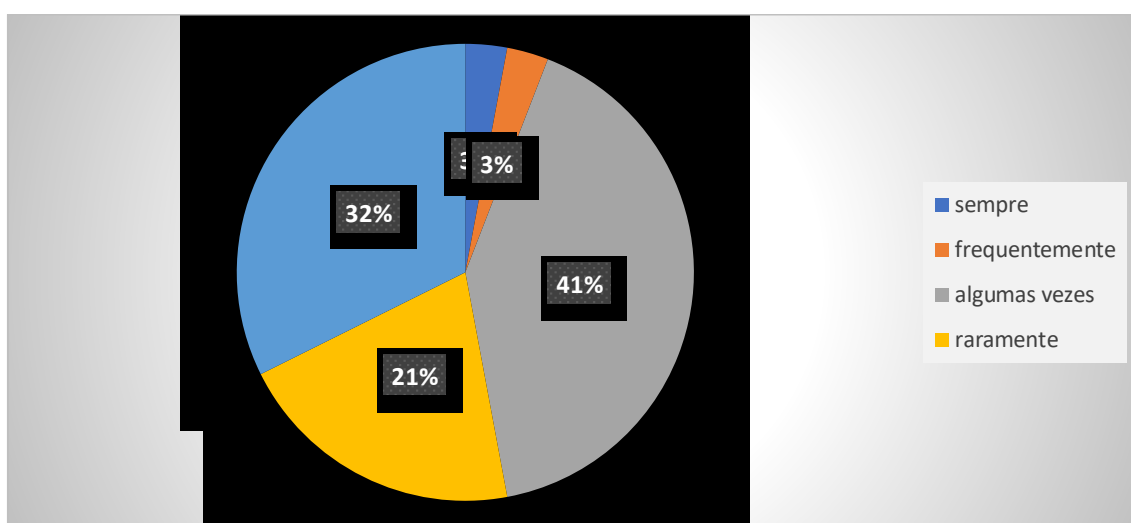
b) Compreender a importância da educação escolar para a formação da identidade de novos sujeitos sociais, para que eles possam integrar a sociedade brasileira, dela participando de forma ativa e democrática em busca do bem comum (SÃO PAULO, 2013, on-line).

É importante mencionar tal situação porque demonstra certa contradição em relação aos indicadores, uma vez que esses profissionais são constantemente cobrados pelos resultados, principalmente considerando-se a proposta de bonificação por resultados, instituída pela Lei Complementar nº 1.078 de 17 de dezembro de 2008, que em seu artigo 1º destaca:

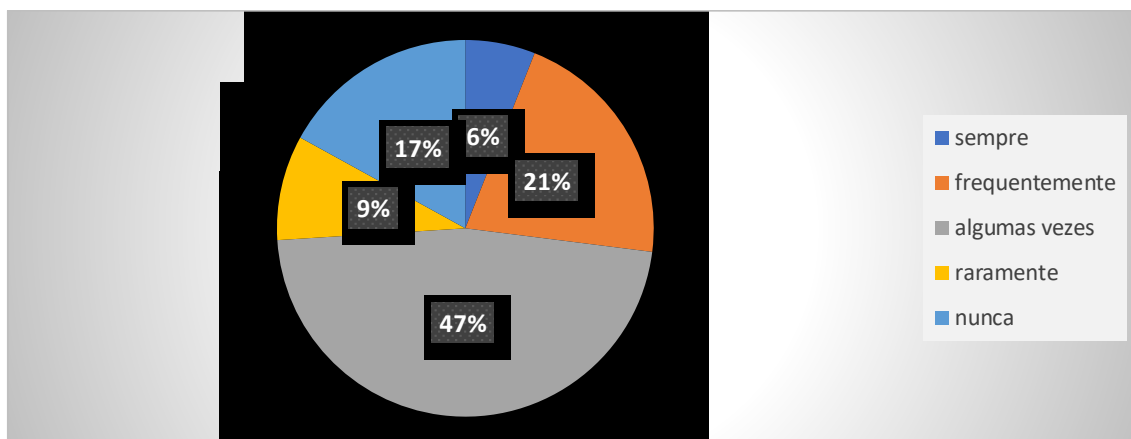
Artigo 1º - Fica instituída, nos termos desta lei complementar, Bonificação por Resultados - BR, a ser paga aos servidores em efetivo exercício na Secretaria da Educação, decorrente do cumprimento de metas previamente estabelecidas, visando à melhoria e ao aprimoramento da qualidade do ensino público (SÃO PAULO, 2008, on-line).

A partir desse contexto, as questões de números 15, 16, 18 e 19 visavam investigar se foram oportunizadas formações aos participantes desta pesquisa para que estivessem melhor preparados para redimensionarem seus trabalhos considerando os indicadores, uma vez que não era uma exigência para o cargo ou a função. Os gráficos 12 e 13 representam suas respostas sobre participações em formações sobre o IDEB e IDESP.

**Gráfico 12: Participação em formações sobre o IDEB**



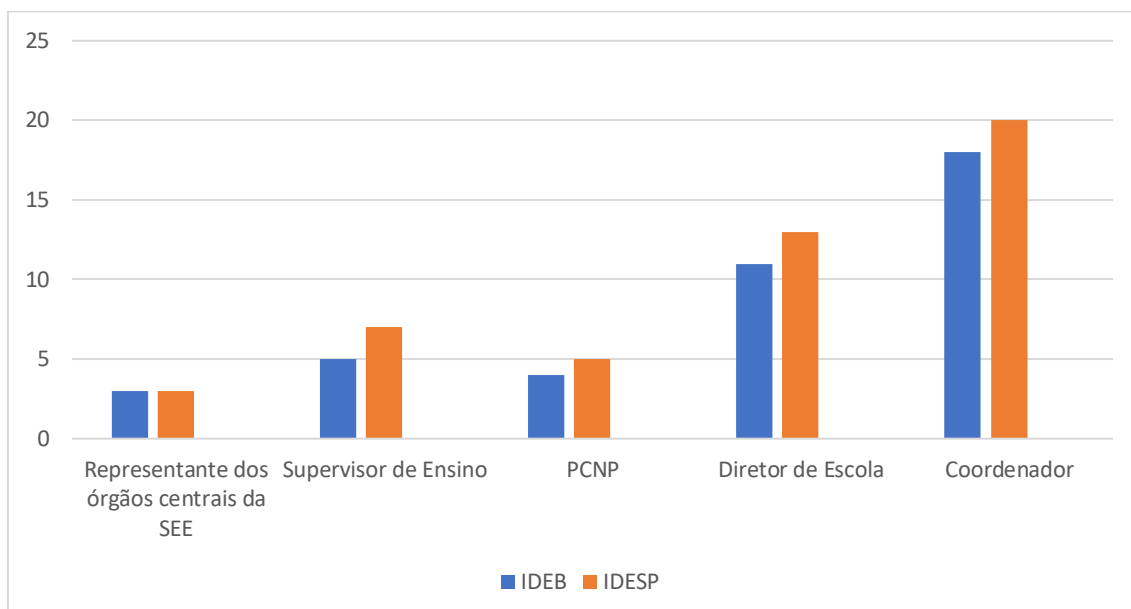
Fonte: Elaborado pela autora.

**Gráfico 13: Participação em formações sobre o IDESP**

Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando os resultados aferidos, pode-se sugerir que a preocupação com a formação seja mais premente, tanto a formação inicial como a formação continuada.

Considerando a formação um fator importante para aprimorar a prática pedagógica utilizando os indicadores de qualidade, o passo seguinte nesta pesquisa foi investigar quais profissionais estiveram envolvidos nessa formação (questões 16 e 19). O gráfico a seguir (gráfico 14) apresenta os resultados aferidos:

**Gráfico 14: Profissional que realizou a formação**

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, verifica-se que o coordenador foi citado como o principal responsável pelas formações sobre o IDEB e o IDESP, seguido pelo diretor de escola. Pode-se

questionar qual a concepção de formação aqui posta. Considerando que o professor coordenador é um professor em qualquer área de atuação (linguagens, ciências humanas ou ciências da natureza), sem exigência de alguma formação que o distingue de seus pares, como pode assumir tal tarefa de formação? Que tipo de formação se espera que esse profissional seja capaz de desenvolver com os demais professores?

Retomando as atribuições de cada um, dispostas na legislação vigente, no que se refere ao diretor de escola, de acordo com a Resolução SE nº 56 de 14 de outubro de 2016, que dispõe sobre perfil, competências e habilidades requeridos dos diretores de escola da rede estadual de ensino, no item “2.4. Foco em qualidade e em resultados”, constata-se que:

Capacidade de:

- \* Analisar os indicadores e resultados educacionais (considerando diferentes dimensões e âmbitos: local, estadual e nacional) tendo em vista desenvolver ações para a melhoria das aprendizagens dos estudantes.
- \* Orientar a gestão pedagógica da escola com base nos resultados das avaliações.
- \* Mobilizar a comunidade escolar para a análise dos resultados e para prática de ações focadas na melhoria constante da qualidade do ensino.
- \* Propor e implementar processos e instrumentos de monitoramento e acompanhamento de ações e de resultados da escola.
- \* Buscar, propor e implementar com a equipe escolar soluções e melhorias nos processos pedagógicos, administrativos, de gestão de pessoas e equipes e de engajamento e trabalho com a comunidade, visando à implementação da proposta pedagógica, alcance e superação das metas da escola.
- \* Promover espaços coletivos de reflexão sobre os resultados obtidos pela escola e dos planos a serem implementados e promover o (re) planejamento de intervenções necessárias.
- \* Coordenar os processos e etapas da avaliação institucional.
- \* Dar transparência aos resultados de avaliação da escola a toda a comunidade escolar.

Conhecimento de:

- \* Princípios, finalidades, métodos e operacionalização de diferentes modalidades e processos avaliativos.
- \* Indicadores educacionais e sociais: IDH, IDESP, IDEB.

\* Indicadores de desempenho e fluxo.

\* Métodos, técnicas e instrumentos de monitoramento de processos e de resultados educacionais (SÃO PAULO, 2016, on-line).

Em outras palavras, o diretor de escola tem como tarefa, de acordo com a Resolução citada, trabalhar com os indicadores, conhecendo-os e desenvolvendo ações que os envolva com vistas ao aprimoramento e à melhoria da qualidade da escola, bem como desenvolver ações para o monitoramento dos resultados. Por outro lado, no que diz respeito às atribuições do professor coordenador, dispostas na Resolução SE 75 de 30 de dezembro de 2014, também se verifica a preocupação com o uso dos indicadores no planejamento e na organização do trabalho pedagógico. Porém, não consta, dentre suas tarefas, a formação dos professores, contrariando respostas anteriores nas quais esse profissional é citado como o principal responsável pela formação dos docentes sobre o IDEB e o IDESP. Nesse sentido, suas atribuições, definidas na legislação supracitada, são:

Artigo 5º - Constituem-se atribuições do docente designado para o exercício da função gratificada de Professor Coordenador – PC: [...]

f) a análise de índices e indicadores externos de avaliação de sistema e desempenho da escola, para tomada de decisões em relação à proposta pedagógica e a projetos desenvolvidos no âmbito escolar;

g) a análise de indicadores internos de frequência e de aprendizagem dos alunos, tanto da avaliação em processo externo, quanto das avaliações realizadas pelos respectivos docentes, de forma a promover ajustes contínuos das ações de apoio necessárias à aprendizagem (SÃO PAULO, 2014, on-line).

Assim, quando são questionados quanto ao conteúdo das formações sobre os indicadores, o entendimento do indicador e o detalhamento do cálculo apresentam resultados menos expressivos do que as propostas de ações, como pode ser observado no quadro 13, a seguir:



**Quadro 13: Conteúdo das formações sobre IDEB e IDESP**

<b>Conteúdo</b>	<b>IDEB</b>	<b>IDESP</b>
Entendimento do indicador	41%	32%
Detalhamento do cálculo	15%	15%
Propostas de ações a partir do indicador	50%	59%

Fonte: elaborado pela autora.

Considerando, ainda, o conteúdo do documento orientador para o planejamento escolar, intitulado *Com os pés em 2016 e o olhar em 2017*, no item “Elaboração do Plano de Ação” encontram-se subsídios para a realização dessa tarefa sintetizada no quadro a seguir:

**Quadro 14: Estrutura do Plano de Ação**

<b>Indicadores</b>	Trazem as informações relevantes da escola, geram conhecimento sobre sua situação atual.
<b>Premissa</b>	Apresenta o propósito do Plano com base nos indicadores analisados (análise situacional).
<b>Objetivo</b>	Definição sobre o que se quer desenvolver.
<b>Meta</b>	Situação futura. Onde queremos chegar (quantificável).
<b>Ação</b>	Descrição da atividade proposta.
<b>Responsável</b>	Pessoa que realizará a ação.
<b>Equipe</b>	Demais envolvidos na realização da ação.
<b>Prazos</b>	Previsão de início e término da ação.

Fonte: *Com os pés em 2016 e o olhar em 2017/CGBE*

O quadro apresenta um modelo e roteiro de encaminhamento dos trabalhos de planejamento para as equipes escolares. Traz, em linhas gerais, o detalhamento das discussões e ações que as equipes deveriam seguir na elaboração de um plano de ação a partir da análise dos indicadores. Seria um exemplo de como as equipes escolares poderiam organizar os trabalhos considerando os indicadores.

Diante desses resultados e retomando o objetivo principal desta pesquisa, que diz respeito a investigar e analisar como as equipes escolares organizam seus trabalhos a partir dos indicadores IDEB e IDESP, os dados coletados até o momento, bem como as respostas dadas às questões de números 10 e 13, aferidas e representadas no quadro a seguir, contribuem com indícios de ações desenvolvidas nas escolas em que os participantes atuam.

**Quadro 15: Ações desenvolvidas a partir dos indicadores**

	<b>IDEB</b>	<b>IDESP</b>
Reunião com os vários segmentos da escola para divulgação dos resultados	71%	82%
Análise dos resultados obtidos pela escola	91%	97%
Elaboração do plano de ação	76%	94%
Preparação dos alunos para participação nas avaliações externas	76%	91%

Fonte: Elaborado pela autora.

Verifica-se que é atribuída maior relevância ao indicador IDESP em detrimento do IDEB para o planejamento de ações, na percepção dos participantes. Pode-se inferir que isso ocorra devido ao fato do IDESP ser um indicador da rede estadual, logo, mais próximo dos profissionais, ser anual e, principalmente, por causa da política de *accountability* (“responsabilização”) em que equipes escolares são cobradas por seus resultados e premiadas ou não por meio de bonificação, instituída pela Lei Complementar nº 1.078 de 17 de dezembro de 2008:

Artigo 1º - Fica instituída, nos termos desta lei complementar, Bonificação por Resultados - BR, a ser paga aos servidores em efetivo exercício na Secretaria da Educação, decorrente do cumprimento de metas previamente estabelecidas, visando à melhoria e ao aprimoramento da qualidade do ensino público (SÃO PAULO, 2008, on-line).

Esse fato acrescenta um peso maior ao IDESP, favorecendo sua maior presença no planejamento das ações desenvolvidas pelas equipes escolares. Outro ponto que pode corroborar esta análise é o fato de que a maior incidência de respostas recaí sobre a análise de resultados obtidos pela escola (IDEB 91% e IDESP 97%).

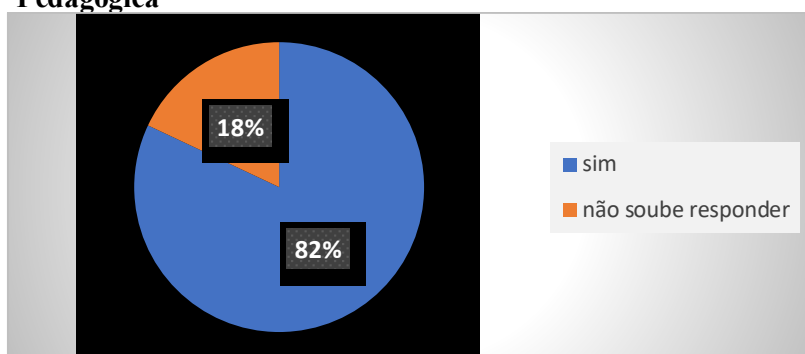
Os dados apresentados no quadro 15 remetem à análise dos objetivos específicos desta pesquisa. Assim, retomando-os:

- analisar como as escolas utilizam os indicadores IDESP e IDEB no planejamento dos trabalhos;
- identificar quais atores estão envolvidos no planejamento e na implementação das ações propostas a partir dos indicadores IDESP e IDEB;
- verificar se os trabalhos organizados a partir dos indicadores estão propostos no projeto político pedagógico ou proposta pedagógica das escolas;
- identificar as formas como as escolas promovem o acesso e a análise desses indicadores a todos os seus segmentos.

Com exceção do terceiro objetivo, os demais são contemplados nas respostas representadas no quadro. Observa-se que a menor incidência aferida diz respeito à divulgação dos resultados aos demais segmentos da escola, indo ao encontro dos dados representados no gráfico 9.

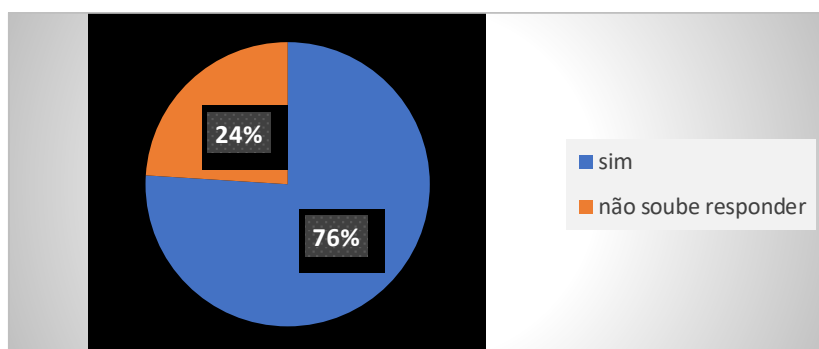
Em relação ao terceiro objetivo, que se refere a verificar se estas ações estão propostas no projeto político pedagógico ou, em se tratando da rede estadual, o documento é denominado proposta pedagógica, foi aferido que, na percepção dos participantes, essas ações constam neste documento, porém, merece destaque o fato de alguns participantes não saberem responder, como pode ser observado nos gráficos a seguir:

**Gráfico 15: Reconhecimento das ações a partir do IDEB na Proposta Pedagógica**



Fonte: Elaborado pela autora.

**Gráfico 16: Reconhecimento das ações a partir do IDESP na Proposta Pedagógica**



Fonte: Elaborado pela autora.

Seria necessário acompanhar as reuniões de Replanejamento que ocorrem no início do segundo semestre para verificar se os Planos de Ação foram retomados, avaliados e revistos, como pressupõe-se que seja o trabalho. Os dados coletados nas

entrevistas complementam essas análises com elementos que sustentam algumas inferências.

### 3.3 Interpretando os dados das entrevistas

A proposta para as entrevistas envolvia a participação de um gestor e de um professor de cada escola, totalizando dez participantes, entretanto, houve um desistência. Sendo assim, foram realizadas nove entrevistas. Os dados coletados foram transcritos e analisados à luz dos estudos de Bardin (2011) e Creswell (2007).

Sobre o conhecimento acerca do cálculo dos indicadores IDEB e IDESP (perguntas de números 1 e 2), 100% dos participantes afirmaram que esses indicadores eram compostos pelos resultados das avaliações externas (Prova Brasil e SARESP) conjuntamente aos indicadores de fluxo escolar (evasão, repetência e promoção).

Em relação ao acesso aos indicadores (questões de números 4 e 5), os participantes apontam três formas pelas quais o tiveram e como os demais segmentos da escola o têm:

- acesso em consulta ao portal do INEP e da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo;
- ATPC (Aula de Trabalho Pedagógico coletivo);
- reuniões de Planejamento; Replanejamento; reunião de pais.

#### **Quadro 16: Como teve acesso ao IDEB/IDESP da escola em que atua? Como é divulgado para outros segmentos da escola?**

O que dizem os profissionais
<p>“[...]a divulgação do IDEB ocorre principalmente nos encontros semanais na escola (ATPC). Neste espaço os resultados são detalhados, analisados, debatidos e contribuem para gerar no aspecto pedagógico, estratégias a serem implementadas ou corrigidas. Nas ATPCs, isso fica bem claro aos professores, coordenação e direção da escola, mas há também espaço para esta discussão nos momentos de Planejamento Escolar. De forma mais ampla, este último, envolve os demais segmentos escolares.”</p>
<p>“[...]os dados do IDESP podem ser facilmente localizados no site da Secretaria de Educação de São Paulo. Eles estão disponíveis a todos e de forma compartilhada geram análise e discussões nos momentos pedagógicos da unidade escolar (ATPCs / Planejamento). Importante ainda ressaltar que o desempenho também é dividido com os alunos.”</p>
<p>“[...] tive acesso através do site &lt;<a href="https://www.qedu.org.br">https://www.qedu.org.br</a>&gt;.”</p>
<p>“[...] através do site oficial da SEE-SP.”</p>
<p>“[...] através de reuniões de formação.”</p>
<p>“[...] aos pais e responsáveis em reuniões de Pais e Mestres.”</p>

“[...] eu tive acesso através dos meus gestores, no planejamento e nas ATPCs. Para os outros segmentos da escola foi da mesma forma.”

Fonte: Elaborado pela autora.

As questões de números 5 e 6 dizem respeito a como os professores e gestores organizam seus trabalhos utilizando os indicadores de qualidade da educação IDEB e IDESP e estão em consonância direta com o objetivo principal desta pesquisa. A sondagem realizada coletou informações que se somam a todas as outras no sentido de apontar o que está acontecendo na prática escolar. A percepção que se tem disso é como ela é concebida a partir dos determinantes da política educacional em vigor. Os resultados obtidos estão transcritos no quadro a seguir:

**Quadro 17: Como você utiliza o indicador de qualidade da educação IDEB/IDESP no seu trabalho?**

O que dizem os profissionais	
IDEB	IDESP
“[...] acompanhar o indicador nos atualiza a respeito da qualidade educacional e no faz perceber a necessidade de direcionamento das ações a fim de obter melhores desempenhos na educação.”	“[...] elaborar aulas dando maior enfoque às habilidades e competências em defasagem reforçando a aprendizagem dos alunos nas habilidades em que apresentam maiores dificuldades.”
“[...] recuperar as lacunas educacionais é um grande desafio diário. Os dados do IDEB fornecem a fotografia real destas dificuldades, cabendo ao professor o estabelecimento das estratégias pedagógicas necessárias. Não é uma tarefa fácil, encaro como verdadeiro desafio.”	“[...]O IDESP, de forma mais focal, estabelece prioridades a serem gerenciadas. Por ser um índice estadual, ele oferece uma comparação individualizada para cada escola. Com metas diferentes, cada unidade escolar traça seu caminho, desenvolvendo ações pedagógicas corretivas (mesmo que a longo prazo). Os resultados negativos em uma avaliação, me faz refletir sobre o trabalho desenvolvido e sobre as práticas avaliativas. Não vejo nesta ação, uma busca por culpados e sim uma reflexão sobre as práticas e a metodologia utilizadas.”
“[...] como norteadores do nosso trabalho pedagógico dão um diagnóstico de como e onde estamos e um norte por onde devemos seguir.”	“[...] é um importante instrumento para encaminharmos os trabalhos com os professores e toda a equipe da escola.”
“[...] é possível verificar os problemas de aprendizagem, assim como os avanços e a partir disso traçar metas para melhorar o desempenho dos alunos.”	“[...] com o indicador mais evidenciado na Plataforma Foco Aprendizagem temos um panorama mais claro para definir e pôr em prática as ações para promover melhorias na aprendizagem dos alunos.”
“[...] de acordo com as dificuldades apresentadas são elaboradas atividades que possam assegurar a aprendizagem dos alunos.”	
“[...] o indicador é norteador da prática curricular desenvolvida.”	
“[...] trazem subsídios para reformular e replanejar o projeto pedagógico da escola; fazer reflexão e replanejar ações – elaborar um plano de ação – pensando numa aprendizagem que envolva a todos. Refletir se os alunos estão aprendendo o que	“[...] são ferramentas que ilustram as habilidades curriculares que devem ser retomadas devido a sua ineficiência.”

<p>deveriam, o que precisam na idade certa e na série/ano que estão cursando e depois criar estratégias para solucionar os problemas apontados pelo indicador.”</p>	<p>“[...] traço um diagnóstico através de provas e desenvolvo estratégias para o conteúdo com maior problema de aprendizagem, explorando leitura, interpretação e resolução de problemas, não deixando de lado o conceito.”</p> <p>“[...] os resultados mostram as habilidades e competências que não foram dominadas pelos alunos e a partir disto, o professor propõe atividades para que o aluno supere essas dificuldades e desenvolva as habilidades e competências necessárias e que estão previstas para a série/ano em que está matriculado.”</p>
---	---

Fonte: elaborado pela autora.

Considerando as afirmações dos participantes, pode-se retomar as funções dos indicadores educacionais mencionadas na primeira parte deste trabalho, ou seja, monitoramento, tomada de decisão e avaliação de programas. Analisando as narrativas, cada citação dos profissionais evidencia essas funções, principalmente a tomada de decisão. Todos deixam claro que os indicadores auxiliam na tomada de decisão quanto ao redimensionamento da prática pedagógica com vistas à melhoria dos resultados.

O acompanhamento (o monitoramento) da evolução dos indicadores não é tão evidente quanto a tomada de decisão, porém, nas considerações desses profissionais, fica implícito o acompanhamento da evolução dos resultados. Por exemplo, “[...] acompanhar o indicador nos atualiza a respeito da qualidade educacional [...]”.

No tocante à avaliação de programas, a preocupação com o reconhecimento do sucesso ou fracasso diante dos objetivos propostos e a possibilidade de reconhecer os motivos do insucesso é traço marcante nas narrativas dos profissionais.

**Quadro 18: Existe alguma ação que ainda não seja posta em prática, mas você considera relevante usando como base os indicadores IDEB e IDESP?**

<p>O que dizem os profissionais</p> <p>“[...] várias ações que poderiam estar em prática, mas que, infelizmente, não possuímos no cotidiano escolar, como: recursos materiais e tecnológicos, menos alunos por sala, formação de professor com oficinas práticas em ambiente extraescolar e valorização de todos os profissionais da educação.”</p> <p>“[...]Não acredito em ações milagrosas e sim em políticas transformadoras, onde a educação não é apenas política de governos e sim de país. Como se engrenagens de um grande relógio atuassem juntas, com movimentos sincronizados, precisos, acima de tudo necessários para promover uma grande transformação na história educacional de um país. Não enxergo uma significativa mudança que não passe pelo elo mais importante e vital, o professor. Nesta matéria estamos, assim como um relógio velho, bem atrasados.”</p>
--

“[...] trazer todas essas informações para dentro da sua sala e desenvolver uma aula realmente significativa a esses alunos que apresentam esse déficit de aprendizagem. Essa é uma dificuldade que fica muito clara na prática de nossos professores.”

“[...] penso que as ações concernentes à recuperação paralela ainda é uma lacuna a ser preenchida com eficácia e de forma efetiva, a qual influenciaria diretamente nos indicadores IDEB e IDESP.”

“[...] é necessário a inserção nas práticas docentes e nos planejamentos de aula a era digital em que nossos alunos vivem. O interesse contextual dos alunos é fundamental para a evolução dos índices durante a aula e as multimídias tem esse papel intrínseco.”

“[...] maior mobilização da família. Há pouca participação da família ainda, embora a escola trabalhe para envolver os responsáveis no processo de aprendizagem através de reuniões e do próprio Escola da Família. Os responsáveis comparecem mais à escola para resolverem problemas disciplinares. Trazer a família para a escola e fazê-la aliada para melhorar a qualidade da educação é um desafio.”

“[...] já é posto em prática, mas precisamos melhorar as ações de socialização entre alunos e comunidade escolar.”

“[...] todos os procedimentos necessários são realizados normalmente.”

“[...] as ações na escola contemplam as necessidades.”

Fonte: elaborado pela autora.

Considerando as colocações dos participantes, cumpre destacar que, geralmente, atribuem a responsabilidade de alguma outra ação a terceiros, colocando-se à margem do processo. Alguns se manifestaram satisfeitos com as ações desenvolvidas e alegam serem suficientes. Além disso, confundem os indicadores com o desempenho dos alunos nas avaliações externas, Prova Brasil e SARESP, reduzindo-os a um dos elementos que os compõem.

Dessa forma, as palavras de Nóvoa ratificam de forma clara as narrativas dos profissionais entrevistados:

A educação vive um tempo de grandes incertezas e de muitas perplexidades. Sentimos a necessidade da mudança, mas nem sempre conseguimos definir-lhe o rumo. Há um excesso de discursos, redundantes e repetitivos, que se traduz numa pobreza de práticas (NÓVOA, 2012, p. 2).

Esta investigação proposta teve seus objetivos contemplados e o cotejamento dos dados possibilitou algumas considerações finais que serão apontadas na sequência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se concluir que, na década de 1990, foram realizadas importantes e significativas ações no sentido de produzir informações quanto à qualidade da educação no país e no estado de São Paulo, as quais foram modificadas e aprimoradas ao longo do tempo. O estado de São Paulo, por ter um sistema próprio de avaliação externa e um indicador específico (IDESP), sobrepõe-se ao federal, o qual se torna pouco relevante para a rede estadual.

Como resultado, conta-se, hoje, com um sistema de indicadores que deveriam possibilitar o monitoramento das políticas educacionais, bem como o diagnóstico das deficiências do ensino. Entretanto, pode-se inferir que inversamente serve para responsabilizar as equipes escolares pelos resultados negativos, principalmente considerando a existência da bonificação por resultados.

O impacto das avaliações em larga escala, ou avaliação externa, e dos indicadores de qualidade da educação provocou algumas mudanças que se refletem na agenda do debate educacional. A divulgação das informações e a transparência aliada a ela deveria aproximar a sociedade, tornando-a ativa no processo educacional, além de colaborar para o redimensionamento da prática pedagógica no interior da escola.

Nesse sentido, a investigação proposta nesta pesquisa contribui com alguns indícios de como as equipes escolares organizam seus trabalhos em função dos indicadores de qualidade da educação IDEB e IDESP.

Apurou-se que há algumas iniciativas de formação das equipes escolares para que conheçam tais indicadores quanto ao cálculo, à função e às possíveis propostas de ações. Em alguns momentos, ocorrem incertezas em relação aos níveis de proficiência aferidos nas avaliações em larga escala, Prova Brasil e SARESP, e os indicadores que utilizam esses resultados juntamente com o fluxo escolar se misturam. Os entrevistados mencionam, também, a necessidade de recuperação paralela e contínua dos alunos, mas este ponto tem destaque como sendo frágil. Algumas ações, apontadas como necessárias pelos entrevistados, são atribuídas a outros profissionais. A justificativa verbalizada por excluírem-se do processo é a de que “já fazem tudo” e caberia a outros, como as famílias e os gestores, agirem mais. Fazem referência ao “plano de ação”, mas enfatizam ações individualizadas. Há certa ênfase na preparação do aluno para a participação nas avaliações externas, o que, em certa medida, diz respeito a treiná-lo para essas avaliações, submetendo-os a simulados periodicamente.



A divulgação dos indicadores de qualidade da educação de cada escola ainda se mostra deficitária. No geral, não atinge a todos os atores do processo, sendo de maior conhecimento da gestão e dos professores, como foi aferido na pesquisa e representado no gráfico 9.

Na percepção dos profissionais, a organização do trabalho a partir dos indicadores consta na Proposta Pedagógica das escolas, no entanto, falta clareza de como as equipes lidam com isso, ou seja, seria necessária uma nova investigação para apurar o tratamento dado a tais registros, analisando o conteúdo desses documentos e verificando a sua construção e elaboração nas escolas.

Esses pontos que respondem aos objetivos desta pesquisa possibilitam a inferência sobre a necessidade de mais investimento na formação inicial e continuada das equipes escolares. Usando como referência as palavras de Nóvoa:

A formação de professores deve criar as condições para uma renovação, recomposição, do trabalho pedagógico, nos planos individual e colectivo. Para isso, é necessário que os professores realizem estudos de análise das realidades escolares e do trabalho docente. O que me interessa não são os estudos feitos “fora” da profissão, mas a maneira como a própria profissão incorpora, na sua rotina, uma dinâmica de pesquisa. O que me interessa é o sentido de uma reflexão profissional própria, feita da análise sistemática do trabalho, realizada em colaboração com os colegas da escola. Este ponto é central para a formação de professores, mas também para construir uma capacidade de renovação, de recomposição das práticas pedagógicas. A evolução dos professores depende deste esforço de pesquisa, que deve ser o centro organizador da formação continuada. É assim que aprendemos a conhecer como professores (NÓVOA, 2017, p. 1128).

Os resultados da pesquisa possibilitaram, também, concluir que o IDEB e o IDESP, apesar de serem considerados indicadores da qualidade da educação, são insuficientes para realmente avaliar a qualidade da educação, apesar de que, nesse contexto, a qualidade está definida pelos resultados do fluxo escolar e do desempenho nas avaliações externas. A discussão sobre o que é qualidade da educação é muito ampla, seria necessário outro trabalho sobre o tema (ou outros trabalhos), dada a polissemia do termo.

Seria interessante associar esses indicadores a outros, por exemplo, indicadores de acesso, socioeconômicos, infraestrutura, absenteísmo, entre outros, para realmente ampliar o levantamento de dados e se obter um diagnóstico mais cuidadoso sobre a situação da educação em uma escola, sistema ou rede.

Soares e Alves (2013, p. 150) afirmam que “*embora útil, o IDEB capta apenas uma das dimensões pelas quais as escolas devem ser monitoradas e de uma forma muito específica*”. O mesmo se aplica ao IDESP, considerando que a base de cálculo é muito semelhante.

Entretanto, apesar de algumas limitações dos indicadores educacionais aqui apresentadas, não se trata de defender que eles sejam excluídos. Em certa medida, eles têm sido muito importantes no acompanhamento das políticas públicas educacionais e na avaliação da qualidade da educação de modo mais geral. Trata-se, sim, de sinalizar com possibilidades de melhoria.

Quanto à prática pedagógica no interior da escola, apesar de todos os dados coletados nesta investigação sugerirem que as equipes escolares consideram os indicadores como significativos para a organização de seus trabalhos, isso não se traduz em resultados efetivos quando retoma-se os quadros 10, 11 e 12, os quais apresentam os indicadores de cada escola aferidos ao longo dos anos.

Conclui-se que os indicadores de qualidade da educação IDEB e IDESP são importantes, têm seus limites e se faz necessário focalizar a formação continuada dos profissionais de forma mais eficaz, superando o treinamento em competências e habilidades, ou em como utilizar os materiais produzidos pela SEE, uma vez que não se tem indicadores que, ao menos, evidenciem que esse material leva à qualidade desejada.

Dessa forma, trata-se de conceber a formação continuada indo ao encontro de uma formação mais complexa, como propõe Nóvoa, já citado anteriormente.

Para finalizar, ainda nas palavras do autor:

Precisamos repensar, com coragem e ousadia, as nossas instituições e as nossas práticas. Se não o fizermos, estaremos a reforçar, nem que seja por inércia, tendências nefastas de desregulação e privatização. A formação de professores é um problema político, e não apenas técnico ou institucional (NÓVOA, 2017, p. 1111).

Espera-se que os indicadores de qualidade da educação sirvam de referência para reconfigurar algumas políticas públicas e, principalmente, a ênfase na formação docente, tanto a inicial como a continuada, entre outras medidas necessárias à busca da melhoria da qualidade da educação, por exemplo, a valorização profissional dos envolvidos no processo pedagógico.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. A. Educação, um novo patamar institucional. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, ed. 87, v. 29, n. 2, p. 130-143, jul. 2010.
- ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A.; FREITAS, L. C. O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1153-1174, out./dez. 2013.
- ALONSO, M. A gestão da escola/administração educacional no contexto da atualidade. In: VIEIRA, A. T.; ALMEIDA, M. E. B. de; ALONSO, M. (orgs.). *Gestão educacional e tecnologia*. São Paulo: Avercamp, 2003.
- ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Contexto escolar e indicadores: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. 2013.
- BARBOSA, J. M. S.; MELLO, R. M. A. V. de. A gestão escolar e a busca pela melhoria na aferição do IDEB. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 67, p. 39-54, 2015.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edição 70, 2011.
- BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.
- BOTANI, N. Ilusão ou ingenuidade? Indicadores de ensino e políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 65, dez. 1998.
- BRASIL. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**.
- \_\_\_\_\_. 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96.
- \_\_\_\_\_. 2014. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.
- CASTRO, M. H. G. de. Sistemas nacionais de avaliação e de informações educacionais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p.121-128, 2000.
- CHRISPINO, A. O uso de indicadores sentinelas na gestão de sistemas educacionais. **Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 5, p. 9-23, 2007.
- CORTELLA, M. S. **Não nascemos prontos: provocações filosóficas**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE ARARAQUARA. Disponível em:  
<<https://deararaquara.educacao.sp.gov.br/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

DOURADO, L. F. **Fracasso escolar no Brasil, políticas, programas e estratégias da prevenção no fracasso escolar**. Brasília: MEC – Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, 2005.

\_\_\_\_\_. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 920-946, 2007.

DURHAN, E. R. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso. Uma visão comparada. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, ed. 88, v. 29, n. 3, p. 152-179, nov. 2010.

FERNANDES, M. E. A. **Progestão**: como desenvolver a avaliação institucional da escola?. Módulo IX. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2009.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FONSECA, G. L. B. da. **Qualidade dos indicadores educacionais para avaliação de escolas e redes públicas de ensino básico no Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG.

FRANCISCO, W. de C. e. Os indicadores sociais. 2019. Disponível em:  
<<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/os-indicadores-sociais.htm>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

FREITAS, K. S. de; SOUSA, J. V. de. **Progestão**: como articular a gestão pedagógica da escola com as políticas públicas da educação para a melhoria do desempenho escolar?. Módulo X. Brasília: CONSED, 2009.

FULLAN, M. **O significado da mudança educacional**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GALINDO, F. R. **Fluxos de comunicação da rede de ensino do estado de São Paulo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP.

GATTI, B. A. Estudos qualitativos em educação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GESQUI, L. C. **O Índice de Desenvolvimento da Educação do estado de São Paulo: a materialização da racionalidade tecnológica**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP.

GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 7, n. 18, p. 65-137, 1993.

GOMES, C. A. A escola de qualidade para todos: abrindo as camadas da cebola. **Ensaio: Avaliação e Políticas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 48, jun./set. 2005.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://idesp.edunet.sp.gov.br>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Dicionário de indicadores educacionais**. Brasília: MEC, 2004.

KAYANO, J.; CALDAS, E. de L. Indicadores para o diálogo. **Série Indicadores**, São Paulo, n. 8, out. 2002.

KLEIN, R. Produção e utilização de indicadores educacionais: metodologia de cálculo de indicadores de fluxo escolar da educação básica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 84, n. 206/207/208, p. 107-157, jan./dez. 2003.

\_\_\_\_\_; FONTANIVE, N. S. Alguns indicadores educacionais de qualidade no Brasil e hoje. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 2009.

LEMES, S. de S. Avaliação educacional e escolar: possibilidades para uma dimensão formuladora de políticas públicas na educação nacional. **Cadernos de Educação**, Araraquara, SP, jul./dez. 2001.

LIBÂNIO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MARCHELLI, P. S. O sistema de avaliação externa dos padrões de qualidade da educação superior no Brasil: considerações sobre os indicadores. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 18, p. 189-215, 2007.

MESQUITA, S. Os resultados do Ideb no cotidiano escolar. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 76, p. 587-606, 2012.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Programa Qualidade no Serviço Público: autoavaliação da gestão pública**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000.

MURICI, I. L.; CHAVES, N. M. D. **Gestão para resultados na educação**. 2. ed. São Paulo: Falconi, 2016.

NEUBAUER, R.; SILVEIRA, G. T. da. Gestão de sistemas escolares: quais caminhos perseguir?. In: SCHWARTZMAN, S.; COX, C. (eds.). **Políticas educacionais e coesão social: uma agenda latino-americana**. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2009.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, out/dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. *Revista de Educación*, Madrid, n. 350, 2009.

OECD. **Education at a Glance**. Paris: OECD, 2008.

PEREIRA, L. C. B. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Trabalho apresentado à Segunda Reunião do Círculo de Montevideú. Barcelona, 25-26 abr. 1997.

PINHO, R. C. R. **Organização do Estado, dos poderes e histórico das constituições**. São Paulo: Saraiva, 2000.

RIBEIRO, V. M.; GUSMÃO, J. B. de. Uma análise de problemas detectados e soluções propostas por comunidades escolares com base no Indique. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 22, n. 50. p. 457-470, set/dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Indicadores de qualidade para a mobilização da escola. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, p. 227-251, 2005.

SÃO PAULO. **Lei nº 16.279, de 08 de julho de 2016**. Plano Estadual de Educação de São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 1.078 de 17 de dezembro de 2008**. Institui Bonificação por Resultados – BR no âmbito da Secretaria da Educação.

\_\_\_\_\_. **Resolução SE nº 75 de 30 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador.

\_\_\_\_\_. **Resolução SE nº 52 de 14 de agosto de 2016**. Dispõe sobre perfil, competências e habilidades requeridos dos Profissionais da Educação da rede estadual de ensino.

\_\_\_\_\_. **Resolução SE nº 56 de 14 de outubro de 2016**. Dispõe sobre perfil, competências e habilidades requeridos dos Diretores de Escola da rede estadual de ensino.

\_\_\_\_\_. Secretaria Estadual da Educação. **Programa de qualidade da escola: nota técnica**. São Paulo: SE, 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria Estadual da Educação. **SARESP: Documento de Implantação**. São Paulo: FDE, 1996.

\_\_\_\_\_. Coordenadoria de Educação Básica. **Com os pés em 2016 e o olhar em 2017**. São Paulo: CGEB, dez. 2016.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

SILVA, R. N. A gestão educacional no estado de São Paulo/Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL REFORMAS DE LA GESTIÓN DE LOS SISTEMAS EDUCATIVOS EM LA DÉCADA DE LOS NOVENTA, Santiago, Chile, 13-14 nov. 1997.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. Escolas de ensino fundamental: contextualização dos resultados. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, p. 145-158, 2013.

SOLIGO, V. Indicadores: conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 52, p. 12-25, maio/ago. 2012.

SOUSA, S. Z. Concepções de qualidade da educação básica forjadas por meio de avaliações em larga escala. **Avaliação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 407-420, 2014.

SOUZA, A. de M. A relevância dos indicadores educacionais para a educação básica: informação e decisões. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 153-179, 2010.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

VEIGA, I. P.A. (org.). **Projeto político pedagógico da escola**: uma construção possível. 29. ed. Campinas: Papirus, 2011.

VIEIRA, S. L. Educação básica: política e gestão da escola. Brasília: Liber Livro, 2009.

## **APÊNDICES**



## APÊNDICE A – Tabelas Referenciais para os Gráficos

### Profissionais participantes da pesquisa (gráfico 4)

Profissional	Número de participantes	%
Diretor	2	5,9
Vice-diretor	3	8,8
Professor Coordenador	5	14,7
Professor	24	70,6

Fonte: elaborado pela autora

### Formação acadêmica dos profissionais participantes (gráfico 5)

Formação	Escola A	Escola B	Escola C	Escola D	Escola E
Licenciatura Plena	5	4	6	3	6
Especialização	0	1	0	0	0
Mestrado	2	2	1	3	0
Doutorado	0	0	0	1	0

Fonte: elaborado pela autora

### Tempo de serviço no magistério público (gráfico 6)

Períodos	Escola A	Escola B	Escola C	Escola D	Escola E
Até 5 anos	0	3	1	1	1
Entre 6 a 10 anos	3	0	0	2	0
Entre 11 e 15 anos	1	0	2	2	0
Entre 16 e 20 anos	2	2	1	1	3
Acima de 21 anos	1	2	3	1	2

Fonte: elaborado pela autora

### Tempo de atuação dos profissionais nas escolas (gráfico 7)

Períodos	Escola A	Escola B	Escola C	Escola D	Escola E
Até 5 anos	4	3	3	7	4
Entre 6 a 10 anos	3	2	1	0	1
Entre 11 e 15 anos	0	0	1	0	0
Entre 16 e 20 anos	0	0	1	0	0
Acima de 21 anos	0	2	1	0	1

Fonte: elaborado pela autora

### Reconhecimento dos indicadores ano a ano pelos profissionais (gráfico 8)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
IDEA	8	*	8	*	11	*	18	*	25	*
IDESP	8	8	8	9	11	16	19	21	29	32

Fonte: elaborada pela autora

\*Anos em que não há este indicador.

**Percepção sobre quem conhece os indicadores da escola (gráfico 9)**

	IDEB	IDESP
Equipe gestora	31	33
Professores	31	33
Funcionários	17	20
Alunos	19	20
Pais	17	16
Comunidade	5	5
Parceiros	0	0

Fonte: elaborado pela autora

**Contribuição do IDEB para a melhoria da qualidade da escola (gráfico 10)**

		%
Sempre	6	17
Frequentemente	15	44
Algumas vezes	6	18
Raramente	4	12
Não soube responder	3	9

Fonte: elaborado pela autora

**Contribuição do IDESP para a melhoria da qualidade da escola (gráfico 11)**

		%
Sempre	7	20
Frequentemente	15	44
Algumas vezes	6	18
Raramente	3	9
Não soube responder	3	9

Fonte: elaborado pela autora

**Participação em formações sobre o IDEB (gráfico 12)**

		%
Sempre	1	3
Frequentemente	1	3
Algumas vezes	14	41
Raramente	7	21
Não soube responder	11	32

Fonte: elaborado pela autora

**Participação em formações sobre o IDESP (gráfico 13)**

		%
Sempre	2	6
Frequentemente	7	21
Algumas vezes	16	47
Raramente	3	9
Não soube responder	6	17

Fonte: elaborado pela autora

**Profissional que realizou a formação (gráfico 14)**

	IDEB	IDESP
Representante dos órgãos centrais da SEE	3	3
Supervisor de Ensino	5	7
PCNP	4	5
Diretor de Escola	11	13
Professor Coordenador	18	20

Fonte: elaborado pela autora

**Conteúdo das formações sobre IDEB e IDESP (quadro 13)**

Conteúdo	IDEB		IDESP	
		%		%
Entendimento do indicador	14	41	11	32
Detalhamento do cálculo	5	15	5	15
Propostas de ações a partir do indicador	17	50	20	59

Fonte: elaborado pela autora

**Ações desenvolvidas a partir dos indicadores (quadro 15)**

	IDEB		IDESP	
		%		%
Reunião com os vários segmentos da escola para divulgação dos resultados	24	71	28	82
Análise dos resultados obtidos pela escola	31	91	33	97
Elaboração do plano de ação	26	76	32	94
Preparação dos alunos para a participação nas avaliações externas	26	76	31	91

Fonte: elaborado pela autora

**Reconhecimento das ações a partir do IDEB na Proposta Pedagógica (gráfico 15)**

Sim	%	Não souberam responder	%
28	82	6	18

Fonte: elaborado pela autora

**Reconhecimento das ações a partir do IDESP na Proposta Pedagógica (gráfico 16)**

Sim	%	Não souberam responder	%
26	76	8	24

Fonte: elaborado pela autora

**APÊNDICE B – Questionário**

1- Formação acadêmica:

- ( 1 ) licenciatura plena
  - ( 2 ) mestrado
  - ( 3 ) doutorado
  - ( 4 ) outra \_\_\_\_\_
- 

2- Tempo de serviço no magistério público:

- ( 1 ) até 5 anos
- ( 2 ) entre 6 e 10 anos
- ( 3 ) entre 11 e 15 anos
- ( 4 ) entre 16 e 20 anos
- ( 5 ) mais de 21 anos

3- Tempo que atua no cargo ou função nesta escola:

- ( 1 ) até 5 anos
- ( 2 ) entre 6 e 10 anos
- ( 3 ) entre 11 e 15 anos
- ( 4 ) entre 16 e 20 anos
- ( 5 ) mais de 21 anos

4- Cargo ou função que exerce:

- ( 1 ) direção
- ( 2 ) vice-direção
- ( 3 ) coordenação pedagógica
- ( 4 ) professor

5- Você conhece o IDEB desta escola nos anos (múltipla escolha):

- ( 1 ) 2007
- ( 2 ) 2009
- ( 3 ) 2011
- ( 4 ) 2013
- ( 5 ) 2015

6- Você conhece o IDESP desta escola nos anos (múltipla escolha):

- ( 1 ) 2007
- ( 2 ) 2008
- ( 3 ) 2009
- ( 4 ) 2010
- ( 5 ) 2011
- ( 6 ) 2012
- ( 7 ) 2013
- ( 8 ) 2014
- ( 9 ) 2015
- ( 10 ) 2016

7- O IDEB é conhecido por (múltipla escolha):

- ( 1 ) equipe gestora
- ( 2 ) professores
- ( 3 ) funcionários
- ( 4 ) alunos
- ( 5 ) pais e responsáveis por alunos
- ( 6 ) comunidade
- ( 7 ) parceiros

8- O IDESP é conhecido por (múltipla escolha):

- ( 1 ) equipe gestora
- ( 2 ) professores
- ( 3 ) funcionários
- ( 4 ) alunos
- ( 5 ) pais e responsáveis por alunos
- ( 6 ) comunidade
- ( 7 ) parceiros

9- O IDEB tem contribuído para melhorar a qualidade da escola em que atua?

- ( 1 ) sempre
- ( 2 ) frequentemente
- ( 3 ) algumas vezes
- ( 4 ) raramente
- ( 5 ) nunca

10- Quais ações são desenvolvidas a partir do contato com o IDEB? (múltipla escolha)

- ( 1 ) reunião com os vários segmentos da escola para divulgação dos resultados
- ( 2 ) análise dos resultados obtidos pela escola
- ( 3 ) elaboração de plano de ação
- ( 4 ) preparação dos alunos para participação nas avaliações externas
- ( 5 ) outro \_\_\_\_\_

11- As ações especificadas anteriormente constam do Projeto Político Pedagógico ou Proposta Pedagógica da escola em que atua?

- ( 1 ) sim
- ( 2 ) não

12- O IDESP tem contribuído para melhorar a qualidade da escola em que atua?

- ( 1 ) sempre
- ( 2 ) frequentemente
- ( 3 ) algumas vezes
- ( 4 ) raramente
- ( 5 ) nunca

13- Quais ações são desenvolvidas a partir do contato com o IDESP? (múltipla escolha)

- ( 1 ) reunião com os vários segmentos da escola para divulgação dos resultados
- ( 2 ) análise dos resultados obtidos pela escola
- ( 3 ) elaboração de plano de ação
- ( 4 ) preparação dos alunos para participação nas avaliações externas
- ( 5 ) outro \_\_\_\_\_

14- As ações especificadas anteriormente constam do Projeto Político Pedagógico ou Proposta Pedagógica da escola em que atua?

- ( 1 ) sim
- ( 2 ) não

15- Você já participou de alguma formação sobre o IDEB?

- ( 1 ) sempre
- ( 2 ) frequentemente
- ( 3 ) algumas vezes

- ( 4 ) raramente
- ( 5 ) nunca

16- Quem realizou a formação sobre o IDEB? (múltipla escolha)

- ( 1 ) representantes dos órgãos centrais da secretaria
- ( 2 ) supervisores de ensino
- ( 3 ) PCNP
- ( 4 ) diretor de escola
- ( 5 ) professor coordenador
- ( 6 ) outro \_\_\_\_\_

17- Na formação houve maior ênfase em qual conteúdo ou tema?

- ( 1 ) entendimento do indicador
- ( 2 ) detalhamento do cálculo do indicador
- ( 3 ) propostas de ações utilizando a partir do indicador

18- Você já participou de alguma formação sobre o IDESP?

- ( 1 ) sempre
- ( 2 ) frequentemente
- ( 3 ) algumas vezes
- ( 4 ) raramente
- ( 5 ) nunca

19- Quem realizou a formação sobre o IDESP? (múltipla escolha)

- ( 1 ) representantes dos órgãos centrais da secretaria
- ( 2 ) supervisores de ensino
- ( 3 ) PCNP
- ( 4 ) diretor de escola
- ( 5 ) professor coordenador
- ( 6 ) Outro \_\_\_\_\_

20- Na formação houve maior ênfase em qual conteúdo ou tema?

- ( 1 ) entendimento do indicador
- ( 2 ) detalhamento do cálculo do indicador
- ( 3 ) propostas de ações utilizando a partir do indicador

### **APÊNDICE C – Roteiro para Entrevista**

- 1- Segundo o seu conhecimento, como é calculado o IDEB?
- 2- Segundo o seu conhecimento, como é calculado o IDESP?
- 3- Como você teve acesso ao IDEB da escola em que atua? Como é divulgado para outros segmentos da escola?
- 4- Como você teve acesso ao IDESP da escola em que atua? Como é divulgado para outros segmentos da escola?
- 5- Como você utiliza os indicadores de qualidade da educação IDEB no seu trabalho?
- 6- Como você utiliza os indicadores de qualidade da educação IDESP no seu trabalho?
- 7- Existe alguma ação que ainda não é posta em prática, mas você considera relevante usando como base os indicadores IDEB e IDESP?



**APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara

Título do Projeto: Indicadores de Qualidade da Educação na Prática Escolar

Pesquisador Responsável: Luciane Moreno

Nome do participante:

Idade:

R.G.:

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa "Indicadores de Qualidade da Educação na Prática Escolar", de responsabilidade da pesquisadora Luciane Moreno.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra à pesquisadora responsável. Em caso de recusa, você não sofrerá nenhuma penalidade.

**Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:**

1. Com este trabalho pretende-se abordar o uso de indicadores de qualidade da educação na prática escolar, analisando como os gestores e professores organizam seus trabalhos usando indicadores como IDEB e IDESP como referência para o planejamento de ações e melhoria da qualidade do trabalho. Parte da definição mais ampla e caracterização de indicadores, indicadores educacionais e suas funções e, finalmente, contextualizá-los na prática escolar tendo como referência escolas da rede pública estadual de São Paulo, no município de Araraquara.
2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário com respostas fechadas e entrevista.
3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos mínimos de possíveis danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social e cultural, que serão minimizados mediante o acompanhamento e a intervenção do pesquisador, interrompendo o processo a qualquer momento, caso seja necessário, esclarecendo eventuais dúvidas que causem desconforto ao participante.

4. Ao participar deste trabalho, estarei contribuindo indiretamente para potenciais melhorias na qualidade do ensino, na organização do trabalho escolar, possibilitando a promoção da qualidade digna de vida garantindo os direitos sociais, civis e culturais.

5. A minha participação neste projeto deverá ter a duração de cinquenta minutos para responder ao questionário e uma hora para a entrevista.

6. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.

7. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determinação.

8. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

9. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa.

10. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Luciane Moreno, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: (16) 997836434, e-mail: [morenoluciane@yahoo.com.br](mailto:morenoluciane@yahoo.com.br).

11. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara – UNESP, localizado à Rodovia Araraquara – Jau, Km 1; Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP. Fone: (16) 3334 6263; e-mail: [comitedeetica@fclar.unesp.br](mailto:comitedeetica@fclar.unesp.br).


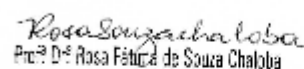
Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Araraquara, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

Assinatura do participante

## APÊNDICE E – Termo de Compromisso para Pesquisa envolvendo Seres Humanos

FOLHA DE RASTRO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: Indicadores de Jaturamento de qualidade da educação na escola			
2. Número de participantes da Pesquisa: 50			
3. Área Temática:			
4. Área de Conhecimento: Ciência Área 7: Ciências Humanas			
<b>PESQUISADOR RESPONSÁVEL</b>			
5. Nome: LUCIANE MORENO			
6. CPF: 075.766.059-00		7. Endereço (Rua, nº): RUA DOMINGOS DO NASCIMENTO, 77 JARDIM UIRAPURU II ARARAQUARA SÃO PAULO 14108-416	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 15(31)98374534	10. Outro Telefone:	11. E-mail: lucianemoreno@yahoo.com.br
<p>Termo de Compromisso: Declara que entrega e cumprirá as condições de Resolução CNS 426/12 e seus complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sob as devidas condições de não ferir as responsabilidades pela produção científica do projeto acima. Terá ciência que esta folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e terá parte integrante na documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>22</u> / <u>09</u> / <u>2017</u>		 Assinatura	
<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>			
12. Nome: Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Campus Araraquara		13. CNPJ: 48.031.918/0026-92	14. Unidade/Órgão:
15. Telefone: (16) 3301-8224	16. Outro Telefone:		
<p>Termo de Compromisso: Eu, responsável pela instituição e Declara que cumprirei as condições de Resolução CNS 426/12 e seus complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>ROSA FÁTIMA DE SOUZA CHALOBA</u> CPF: <u>481.758.386-04</u>			
Cargo/Função: <u>VICE-DIRETORA</u>		 Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba Vice-Diretora	
Data: <u>26</u> / <u>09</u> / <u>2017</u>		Assinatura	
<b>PATROCINADOR PRINCIPAL</b>			
Não se aplica.			

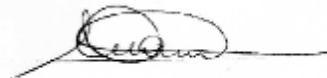
## APÊNDICE F – Autorização para a Realização da Pesquisa

### SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Luciane Moreno, RG 14 070 994-0, vinculada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação Escolar - da Universidade Paulista “Júlio Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara; Linha de Pesquisa Política e Gestão Educacional, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Ribeiro, venho por meio deste, solicitar autorização para a realização da pesquisa: “Indicadores de Qualidade da Educação na Prática Escolar”, sob minha responsabilidade, conforme folha de rosto (anexa) para apresentação ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP- do Campus de Araraquara. O objetivo é investigar e analisar como as equipes escolares da rede estadual paulista de Ensino Fundamental – anos finais e Ensino Médio do município de Araraquara organizam seus trabalhos a partir dos indicadores HDESP e IDEPI.

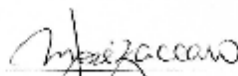
A coleta de dados será realizada pela própria pesquisadora, por meio da interposição de questionários e entrevistas a Professores de Educação Básica II e Gestores de escolas estaduais de Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio vinculadas à Diretoria Regional de Ensino de Araraquara conforme cópia do Projeto de Pesquisa anexa.

Atenciosamente,



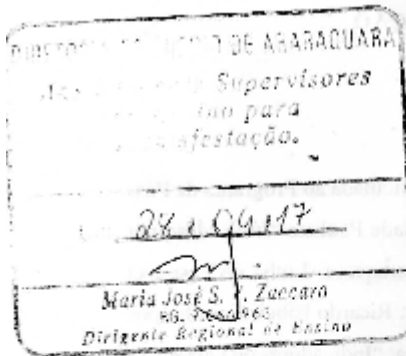
Luciane Moreno

De acordo em 29/09/2017



Maria José S. M. Zaccaro  
RG 9.866.963  
Diretoria Regional de Ensino

	<b>Diretoria de Ensino Região de Araraquara</b>
Protocolo: 2113/1035/2017	
Entrada:	21 SET 2017
	



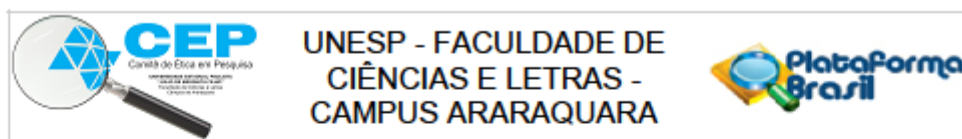
Estando-se de trabalho de pesquisa  
acadêmica de potencial interesse  
para a educação pública do Estado  
de São Paulo, a supervisora se de-  
clara favorável ao deferimento da  
solicitação.

À consideração superior

Araraquara, 29 de setembro 2017

Abdalla  
Vilma Abdalla  
Supervisora de Ensino  
RG 4.268.239-1

## APÊNDICE G – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Indicadores de desempenho de qualidade da educação na prática escolar

**Pesquisador:** LUCIANE MORENO

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 77980017.9.0000.5400

**Instituição Proponente:** Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Campus Araraquara

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.325.705

#### **Apresentação do Projeto:**

O projeto se apresenta de forma clara e é bem desenhado na sua perspectiva de estudo sobre a maneira como a escola tem trabalhado com os indicadores educacionais oficiais.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Os objetivos estão claros, adequados e exequíveis.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A avaliação dos riscos e benefícios encontram-se descritos e analisados satisfatoriamente.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Não há comentários ou considerações sobre o referido estudo.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Não há comentários ou considerações sobre os termos de apresentação obrigatória, uma vez que os mesmos encontram-se de acordo com as exigências da regulamentação atual.

#### **Recomendações:**

Não há recomendações ao presente estudo na forma como está proposto.

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências ou inadequações observadas.

Endereço: Rod. Araraquara-Jaú Km1  
 Bairro: CENTRO CEP: 14.800-901  
 UF: SP Município: ARARAQUARA  
 Telefone: (16)3334-6124 E-mail: comitedeetica@fclar.unesp.br